

ARMANDO HAMMERSCHMITT
IRAN LUIZ CALIXTO ZEMNICZAK

SUPERVISAO BANCÁRIA EFICAZ E GERENCIAMENTO DE RISCO

Monografia apresentada ao Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Departamento de Ciências Contábeis da Universidade Federal do Paraná, como requisito para obtenção do título de especialista em Auditoria Integral.

Orientador: Prof. Dr. Blênio César Severo Peixe.

CURITIBA

2003

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a todos os professores, Mestres e Doutores que tão gentilmente nos concederam a oportunidade de compartilhar seus conhecimentos e a todos os colegas que juntamente conosco, enfrentaram com muita garra todos os obstáculos desta jornada.

Agradecemos ao professor Blênio César Severo Peixe, pelos esclarecimentos oportunos e pelo repasse de seu conhecimento sobre a área estudada, orientando-nos no desenvolvimento deste estudo.

Agradecemos Especiais a nossas esposas Jaci Hammerschmitt e Marília Laskosky, grandes incentivadoras deste trabalho, amigas e companheiras de todos os momentos, e a todos os familiares e amigos que de uma maneira ou de outra nos incentivaram e colaboraram para o sucesso desta empreitada.

LISTA DE ABREVEATURAS E SIGLAS

APR	Ativo Ponderado de Risco
BACEN	Banco Central do Brasil
BID	Banco Mundial
BIS	Banco de Compensação Internacional
CADOC	Catálogo de Documentos
CMN	Conselho Monetário Nacional
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CPF	Cadastro de Pessoa Física
FMI	Fundo Monetário internacional
MNI	Manual de Normas das Instituições do Sistema Financeiro Nacional
OCDE	Organização Econômica dos Países Desenvolvidos
PL	Patrimônio Líquido
PLE	Patrimônio Líquido Exigido
SFN	Sistema Financeiro Nacional
SPC	Sistema de Proteção ao Crédito

LISTA DE QUADROS

QUADRO 01	Princípios Essenciais da Basiléia.....	06
QUADRO 02	Classificação de Crédito e Níveis de Provisão – Resolução 1.748.	31
QUADRO 03	Tempo de Atraso e Nível de Risco Correspondente.....	32
QUADRO 04	Nível de Risco e Percentual de Provisão.....	33
QUADRO 05	Classificação e Pontuação.....	45
QUADRO 06	Critérios de Apuração de Resultado – Pessoal Jurídica.....	46
QUADRO 07	Classificação da Apuração.....	46
QUADRO 08	Nível de Endividamento.....	47
QUADRO 09	Nível de Endividamento – Explicação.....	47
QUADRO 10	Análise de capacidade de Geração de Resultado.....	48
QUADRO 11	Análise de Retorno do PL – com balanço.....	48
QUADRO 12	Análise de Retorno do PL – sem balanço.....	48
QUADRO 13	Análise de Fluxo de Caixa.....	49
QUADRO 14	Análise da Administração.....	49
QUADRO 15	Análise do Histórico de Pagamento.....	49
QUADRO 16	Análise da Situação de Contingência.....	50
QUADRO 17	Análise da Atividade Econômica.....	50
QUADRO 18	Análise da Proporcionalidade do Limite de Credito.....	51
QUADRO 19	Critérios de Apuração de Resultado – Pessoal Física.....	51
QUADRO 20	Análise da Idade.....	52
QUADRO 21	Análise do Estado Civil.....	52
QUADRO 22	Análise de Dependentes.....	53
QUADRO 23	Análise de Residencial.....	53
QUADRO 24	Totalização das Ponderações.....	53
QUADRO 25	Classificação e Pontuação – Pessoa Física.....	54
QUADRO 26	Análise de Endividamento.....	54
QUADRO 27	Análise de Rendas e Despesas.....	55

QUADRO 28	Análise de Pontualidade de Pagamento.....	55
QUADRO 29	Análise do Tipo de Atividade.....	56
QUADRO 30	Análise do Tempo de Atividade.....	57
QUADRO 31	Análise Patrimonial.....	58
QUADRO 32	Crêterios de Apuração de Resultado – Pessoal Física.....	58
QUADRO 33	Classificação da Apuração.....	58

RESUMO

HAMMERSCHMITT, Armando e ZEMNICZAK, Iran L. C. **Supervisão Bancária Eficaz e Gerenciamento de Risco.** O presente trabalho objetivou a realização de um estudo sobre o tema central de risco e avaliação risco de crédito. Estudando o risco de crédito e seus desdobramentos. Observando-se as implicações, o histórico e o desenvolvimento dos principais tópicos da gestão da carteira de crédito destacando-se suas características, aplicações e limitações. A gestão e a supervisão do risco cada vez mais utilizado pelo mercado apresentam um grau evolutivo e crescente de complexidade. Esta é uma ferramenta que determina uma pontuação de risco no crédito, derivado da aplicação e da característica do tomador do crédito. Este estudo propiciou a análise e avaliação do risco de cada indivíduo, discriminando os clientes com necessidades emergenciais de empréstimos (bons clientes) dos clientes com situação financeira precária (maus clientes) possibilitando uma boa prevenção da probabilidade de inadimplência. A partir desta avaliação de risco constituído foi possível aplicar um cálculo e determinar uma classificação da possibilidade de perda potencial de cada operação de crédito. Assim, por meio de um estudo é possível entender de que maneira uma instituição financeira brasileira mede, e compara o potencial do capital, com o risco inerente de cada operação de crédito. Estabelecidos pelo Banco Central do Brasil, através das resoluções: 2.099/94, 2.682/99 e 2.724/00, a classificação calculada pondera as medidas adotadas por uma instituição financeira. Essa ponderação resultou na avaliação da eficácia da norma quanto à mensuração do risco em carteiras de crédito. Os resultados apontam a constituição de provisão e patrimônio líquido mínimo necessário para resguardar a instituição financeira de possíveis perdas na sua carteira de crédito.

Palavras-chave: Risco; Classificação; Crédito; Avaliação.

E-mail: armando@sicredipr.com.br ; iran@sicredipr.com.br

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS.....	II
LISTA DE ABREVEATURAS E SIGLAS.....	III
LISTA DE QUADROS.....	IV
RESUMO.....	VI
ÍNDICE.....	VII
1. INTRODUÇÃO.....	01
2. METODOLOGIA DA PESQUISA.....	03
3. DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO	04
3.1. PRINCÍPIOS ESSENCIAIS PARA UMA SUPERVISÃO BANCÁRIA EFICAZ.	04
3.1.1. Princípios Essenciais da Basiléia.....	05
3.1.2. Lista dos Princípios Essenciais para uma Supervisão Bancária Eficaz.....	07
3.1.3. Pré-condições para uma Supervisão Bancária Eficaz.....	14
3.1.4. Riscos na Atividade Bancária.....	14
3.1.5. Administração do Risco de Crédito.....	18
3.2. CONTROLES INTERNOS.....	19
3.3. PODERES FORMAIS DOS SUPERVISORES.....	20
3.3.1. Medidas Corretivas.....	20
3.3.2. Procedimentos de Liquidação.....	21
3.4. CENTRAL DE RISCO DO BANCO CENTRAL DO BRASIL – BACEN.....	22
3.4.1. Central de Risco.....	23
3.4.2. Regulamentação.....	24
3.4.3. Principais Mudanças.....	25
3.5. OPERAÇÕES DE CRÉDITO.....	26
3.5.1. Conceitos Básicos.....	27
3.5.2. Classificação das Operações de Crédito.....	28
3.6. CLASSIFICAÇÃO DO RISCO.....	29
3.6.1. Modelo do Banco Central do Brasil.....	30
3.6.2. Resolução 1.748.....	30

3.6.3. Resolução 2.682.....	31
3.6.4. Acordo da Basiléia.....	34
3.6.5. Resolução 2.099.....	36
3.6.6. Regulamentação para Classificação de Operações de Crédito e Provisionamento de Operações de Liquidação Duvidosa.....	39
3.6.7. Revisão de Risco.....	40
3.6.8. Classificação da Carteira.....	41
3.7. POLÍTICA DE CRÉDITO E PROVISIONAMENTO DE RISCO.....	42
3.7.1. Definição dos Critérios de Classificação e Pontuação.....	43
3.8. AVALIAÇÃO DE RISCO.....	45
3.8.1. Critérios de Avaliação e Apuração da Pessoa Jurídica.....	45
3.8.2. Critérios de Avaliação e Apuração da Pessoa Física.....	51
3.8.3. Resultado da Avaliação da Pessoa Física.....	58
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	60
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	62
6. ANEXOS.....	64
Anexo 1 - Resolução 1.748/90.....	65
Anexo 2 - Resolução 2.099/94.....	71
Anexo 3 - Resolução 2.390/97.....	75
Anexo 4 - Resolução 2.682/99.....	77
Anexo 5 - Resolução 2.724/00.....	82
Anexo 6 – Carta-Circular 3.043.....	84
Anexo 7 – Circular 2.977.....	91
Anexo 8 – Circular 2.999.....	94
Anexo 9 – Circular 3.098.....	96

1. INTRODUÇÃO

A modernização dos mecanismos de controle e de supervisão não inutiliza as ferramentas contábeis de avaliação que determinam as metodologias tradicionais de controle das instituições, sejam elas financeiras ou não, para mensurar, e por que não dizer proteger o patrimônio destas mesmas instituições. Este trabalho monográfico tem o objetivo de estudar, apresentar e interpretar a realidade econômica e contábil das instituições financeiras, bem como, levantar dados das operações de crédito e de como estas são compostas, pois a partir deste levantamento poder-se-á analisar a composição das operações de crédito e num momento seguinte se fazer a interpretação e a determinação das operações de crédito se levando em conta as políticas de crédito e de provisões de risco, verificando-se os critérios de avaliação do risco das operações de crédito adotados pelo sistema financeiro nacional e imposto às instituições financeiras. Faz-se necessário também apresentar alguns modelos já existentes, demonstrar as formas de classificação e de provisão de risco, para levantar questionamentos para esta questão, e se possível apresentar alguma sugestão nova dentro deste assunto.

A supervisão eficaz nas instituições financeiras é um componente essencial de um ambiente econômico forte à medida que o sistema financeiro desempenha um importante papel nas operações de pagamento e na mobilização e distribuição de riquezas. É tarefa da supervisão assegurar que estas instituições operem de maneira saudável e segura e que mantenham capital e reservas suficientes para suportar os riscos inerentes a seus negócios. Supervisão forte e eficaz representa um bem público que nem sempre se encontra presente nos mercados e que, conjuntamente com uma política macroeconômica eficaz, é indispensável para a estabilidade financeira em qualquer país. Apesar de o custo da supervisão do

sistema financeiro ser comprovadamente elevado, o custo da falta ou da deficiência de supervisão é ainda maior.

O objetivo-chave da supervisão é a manutenção da estabilidade e da confiança no sistema financeiro, mediante a redução do risco de perdas para depositantes e outros credores. Para desenvolver suas tarefas eficazmente, um supervisor deve dispor de independência operacional meios e poderes para buscar informações, seja de forma direta (*in loco*), seja de forma indireta, e deve dispor ainda de autoridade para fazer prevalecer suas decisões.

Os supervisores devem entender a natureza dos negócios conduzidos pelo sistema financeiro, na medida do possível, que os riscos assumidos pelos bancos sejam adequadamente administrados. Uma supervisão eficaz requer que o perfil de risco de cada instituição seja avaliado individualmente e que os recursos para supervisão sejam alocados adequadamente.

Os supervisores devem assegurar que o sistema financeiro disponha de recursos apropriados para assumir riscos, incluindo capital adequado, administração sólida e sistemas de controle e registros contábeis eficazes, além de uma estreita cooperação com outros supervisores é essencial, particularmente quando as operações das instituições financeiras e bancárias ultrapassam fronteiras.

2. METODOLOGIA DA PESQUISA

A proposta deste trabalho tem o intuito de contribuir para um melhor entendimento do assunto, pretende-se apresentar os modelo de avaliação de risco de crédito com as resoluções 2.682/99 e 2.099/94 do Banco Central do Brasil no trato deste tema. Perante essa Autarquia a gestão do risco de crédito é uma questão delicada. Interessa a autoridade monetária mensurar adequadamente o montante do aporte de capital a ser exigido das instituições financeiras frente ao seu risco de crédito. Uma primeira razão para isto é assegurar a solvência dessas instituições, o que previne a ocorrência de crises sistêmicas no setor financeiro da economia. Um segundo motivo para se mensurar adequadamente este montante, é de natureza econômica, e se expressa no desejo de não penalizar os bancos que possuam sistemas de gerenciamento de risco mais eficientes.

O trabalho constitui de uma pesquisa bibliográfica, com a finalidade de proporcionar maior familiaridade com problema, de modo a torná-lo mais explícito, e foi dividido em duas partes. Na primeira parte fez-se um retrospecto histórico deste a criação do Comitê de Supervisão Bancária da Basiléia, que congregou os presidentes de bancos centrais de 10 países em 1.975, na Basiléia Suíça, onde se localiza sua secretaria permanente.

A segunda parte é composta por normas e princípios que regem a boa gestão do risco de crédito por parte das instituições financeiras e é necessária já que este continua a ser o principal causador de insolvência neste segmento econômico. De outro lado, a preocupação com a boa gestão dos créditos também provém do crescimento de sua importância para a rentabilidade das instituições financeiras. A mensuração destes conceitos é o objetivo principal da pesquisa.

3. DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO

A supervisão eficaz nas organizações financeiras é um componente essencial para um ambiente econômico forte à medida que tais desempenham um importante papel nas operações de pagamento e na mobilização e distribuição de recursos. Os supervisores das organizações financeiras devem determinar que as instituições mantenham controles internos adequados para a natureza e para a escala de seus negócios, os instrumentos de controle devem incluir disposições claras para a delegação de competências e de responsabilidade. Para tanto os supervisores devem dispor de meios para adotar ações corretivas oportunas quando as instituições financeiras deixarem de cumprir requisitos prudenciais, quando houver violação de regulamentos ou quando, de alguma forma, houver ameaça para os depositantes. Desta forma o Banco Central do Brasil – BACEN controla o sistema de risco das instituições através de uma central de risco, a qual analisa as operações de crédito, classificando-as através de uma avaliação de risco, obedecendo as características de cada operação.

3.1. PRINCÍPIOS ESSENCIAIS PARA UMA SUPERVISÃO BANCÁRIA EFICAZ

A fragilidade do sistema bancário de um país seja ele desenvolvido, seja em desenvolvimento, pode ameaçar a estabilidade financeira tanto internamente quanto internacionalmente. A necessidade de fortalecer a solidez dos sistemas financeiros tem suscitado crescente preocupação internacional. O Comunicado divulgado ao final da Cúpula do G-7¹ em Lyon, em junho de 1996, reclama por ações nesse campo. Diversas organizações oficiais, inclusive o Comitê de Supervisão Bancária da Basileia, o Banco de Compensações Internacionais - BIS, o Fundo Monetário

¹ Documento preparado por um grupo formado pelos ministros de finanças dos 7 países mais ricos, Estados Unidos, Reino Unido, França, Itália, Alemanha, Japão, Holanda e representantes de outros países não-membros.

Internacional - FMI e o Banco Mundial - BID, têm examinado recentemente formas de fortalecer a estabilidade financeira em todo o mundo.

O Comitê de Supervisão Bancária da Basiléia vem trabalhando nesse campo há muitos anos, diretamente ou por intermédio de seus muitos contatos com supervisores bancários de todo o mundo. Nos últimos dezoito meses ele vem examinando a melhor maneira de expandir seus esforços no sentido de fortalecer a supervisão prudencial em todos os países, estendendo, em seus relacionamentos com países fora do G-10, os trabalhos desenvolvidos nesse campo pelos países membros. Concretamente, o Comitê preparou dois documentos para divulgação:

- I. Um conjunto abrangente de Princípios Essenciais para uma supervisão bancária eficaz (Os Princípios Essenciais da Basiléia) (adiante, nesse documento); e,
- II. Um Compêndio (a ser atualizado periodicamente) das recomendações, orientações e normas do Comitê da Basiléia, às quais o documento dos Princípios Essenciais faz muitas referências.

Ambos os documentos foram endossados pelos Presidentes dos bancos centrais dos países membros do G-10, tendo sido submetidos aos Ministros das Finanças dos países do G-7 e do G-10 na preparação para a Cúpula de Denver, em Junho de 1997, na esperança de que tais documentos fornecessem um útil mecanismo para o fortalecimento da estabilidade financeira em todos os países

3.1.1. Princípios Essenciais da Basiléia

Ao desenvolver os Princípios, o Comitê da Basiléia trabalhou junto a autoridades de supervisão de países não-membros do G-10. O documento foi preparado por um grupo formado por representantes do Comitê da Basiléia e

também do Chile, da China, da República Checa, de Hong Kong, do México, da Rússia e da Tailândia. O trabalho contou também com a estreita colaboração de nove outros países (Argentina, Brasil, Hungria, Índia, Indonésia, Coréia do Sul, Malásia, Polônia e Cingapura). Para o esboço dos Princípios houve uma consulta ainda mais ampla, com um grupo maior de supervisores individuais, seja diretamente, seja por meio de grupos de supervisão regionais.

Os Princípios Essenciais da Basiléia compreendem 25 Princípios básicos, indispensáveis para um sistema de supervisão realmente eficaz. Os Princípios referem-se a:

Princípio	Sistema
1	Precondições para uma supervisão bancária eficaz;
2 a 5	Autorizações e estrutura;
6 a 15	Regulamentos e requisitos prudenciais;
16 a 20	Métodos de supervisão bancária contínua;
21	Requisitos de informação;
22	Podereis formais dos supervisores;
23 a 25	Atividades bancárias internacionais.

Quadro 1 – Princípios Essenciais da Basiléia

Fonte: Banco Central do Brasil – Comitê de Supervisão da Basiléia – (setembro/1997)

Adicionalmente, o documento contém explanações sobre os vários métodos que os supervisores podem adotar para implementação dos Princípios.

Os Princípios Essenciais da Basiléia se apresentam como referência básica para órgãos supervisores e outras autoridades públicas em todos os países e internacionalmente. As autoridades supervisoras, muitas das quais buscam ativamente fortalecer seus atuais sistemas de supervisão, devem usar o documento anexo para revisar seus atuais procedimentos e para iniciar um programa voltado para reduzir quaisquer deficiências, com a agilidade que a competência formal de cada um permitir. Os Princípios foram concebidos para serem amplamente seguidos por supervisores locais, por grupos regionais de supervisão e pelo mercado. O papel

do Comitê da Basiléia, juntamente com outras organizações interessadas, será o de monitorar o progresso dos países na implantação dos Princípios. A implementação dos Princípios foi revista e avaliada na Conferência Internacional de Supervisores Bancários, em Outubro de 1998, e, a partir daí, a cada dois anos.

O Comitê da Basiléia desenvolve suas atividades normais nas áreas-chave de risco e de elementos de supervisão bancária, conforme tem feito em documentos tais como os reproduzidos no Compêndio. Os Princípios Essenciais da Basiléia servirão como ponto de referência nos futuros trabalhos a serem desenvolvidos pelo Comitê e, onde couber, em cooperação com supervisores não-membros do G-10 e seus grupos regionais. O Comitê permanece à disposição para apoiar trabalhos de âmbito nacional visando a implementação dos Princípios em conjunto com outros órgãos supervisores e entidades interessadas. Finalmente, o Comitê se comprometeu a fortalecer sua interação com supervisores de países não-membros do G-10 e a intensificar seus já consideráveis investimentos em assistência técnica e treinamento.

3.1.2. Lista dos Princípios Essenciais para uma Supervisão Bancária Eficaz

Os Princípios Essenciais da Basiléia estão divididos em algumas estruturas de supervisão, os quais compreendem os 25 Princípios básicos. Estas estruturas e princípios se referem a:

a) Precondições para uma Supervisão Bancária Eficaz

Princípios 01:

Um sistema eficaz de supervisão bancária terá claramente definidas as responsabilidades e os objetivos de cada agência envolvida na supervisão de organizações bancárias. Cada uma dessas agências deve ter independência operacional e recursos adequados. Um ordenamento legal apropriado à supervisão

bancária também é necessário, incluindo dispositivos relacionados com as autorizações às organizações bancárias e sua supervisão contínua; poderes voltados para a verificação de conformidade legal, bem como para interesses de segurança e solidez; e proteção legal para os supervisores. Também devem ser contemplados dispositivos referentes à troca de informações entre supervisores e à proteção da confidencialidade de tais informações.

b) Autorizações e Estrutura

Princípios 02:

As atividades permitidas às instituições autorizadas a operar como bancos, sujeitas à supervisão, devem ser claramente definidas e o uso da palavra “banco” nos nomes das instituições deve ser controlado na medida do possível.

Princípios 03:

O órgão autorizador deve ter o direito de estabelecer critérios e de rejeitar pedidos de autorização para operação que não atendam aos padrões exigidos. O processo de autorização deve consistir, no mínimo, de uma avaliação da estrutura de propriedade da organização bancária, seus diretores e principais administradores, seu plano operacional e seus controles internos, e suas condições financeiras projetadas, inclusive a estrutura de capital. Quando o proprietário ou controlador da instituição proponente for um banco estrangeiro, deve-se condicionar a autorização a uma prévia anuência do órgão supervisor do país de origem.

Princípios 04:

Os supervisores bancários devem ter autoridade para examinar e rejeitar qualquer proposta de transferência significativa, para terceiros, do controle ou da propriedade de bancos existentes.

Princípios 05:

Os supervisores bancários devem ter autoridade para estabelecer critérios para exame das aquisições e dos investimentos mais relevantes de um banco, assegurando que as estruturas e ramificações corporativas não exponham o banco a riscos indevidos, nem impeçam uma supervisão eficaz.

c) Regulamentos e requisitos prudenciais

Princípios 06:

Os supervisores bancários devem estabelecer, para todos os bancos, requisitos mínimos, prudentes e apropriados, de adequação de capital. Tais requisitos devem refletir os riscos a que os bancos se submetem e devem definir os componentes de capital, levando em conta a capacidade de absorção de perdas de cada um. Pelo menos para os bancos com atuação internacional, esses requisitos não devem ser menos rigorosos do que os estabelecidos no Acordo de Capital da Basileia.

Princípios 07:

Um elemento essencial de qualquer sistema de supervisão é a avaliação das políticas, práticas e dos procedimentos de um banco, relacionados com a concessão de empréstimos e com as decisões de investimento, bem como com as rotinas de administração de suas carteiras de crédito e de investimento.

Princípios 08:

Os supervisores bancários devem se assegurar de que os bancos estabelecem e cumprem políticas, práticas e procedimentos adequados à avaliação da qualidade de seus ativos e para adequação de suas provisões e de suas reservas para perdas em operações de crédito.

Princípios 09:

Os supervisores bancários devem se assegurar de que os bancos adotam sistemas de informações gerenciais que possibilitem a identificação, pelos administradores, de concentrações dentro de suas carteiras. Os supervisores devem estabelecer limites que restrinjam a exposição dos bancos a tomadores individuais de crédito ou a grupos de tomadores inter-relacionados.

Princípios 10:

Visando prevenir abusos decorrentes de concessão de crédito a empresas e/ou indivíduos ligados ao banco concedente, os supervisores bancários devem estabelecer critérios que assegurem um rígido controle de tais operações, para que sejam efetivamente monitoradas. Outras medidas apropriadas devem ser adotadas para controlar ou reduzir os riscos inerentes a tais operações.

Princípios 11:

Os supervisores bancários devem se assegurar de que os bancos adotam políticas e procedimentos adequados para identificar, monitorar e controlar riscos de país e riscos de transferência em suas atividades de empréstimo e de investimento internacionais, e para manter reservas apropriadas contra tais riscos.

Princípios 12:

Os supervisores bancários devem se assegurar de que os bancos mantêm sistemas que avaliam com precisão, monitoram e controlam adequadamente os riscos de mercado; os supervisores devem ter poderes para impor limites específicos e/ou um encargo específico de capital sobre exposições a riscos de mercado, se necessário.

Princípios 13:

Os supervisores bancários devem se assegurar de que os bancos adotam um processo abrangente de administração de risco (incluindo a supervisão adequada pelo conselho de diretores e pela administração sênior), para identificar, medir, monitorar e controlar todos os demais riscos materiais e, quando necessário, para manter capital contra tais riscos.

Princípios 14:

Os supervisores bancários devem determinar que os bancos mantenham controles internos adequados para a natureza e para a escala de seus negócios. Os instrumentos de controle devem incluir disposições claras para a delegação de competência e responsabilidade; a separação de funções que envolvem a assunção de compromissos pelo banco, a utilização de seus recursos financeiros e a responsabilidade por seus ativos e passivos; a reconciliação de tais processos; a proteção de seus ativos; e as funções apropriadas de auditoria e de conformidade independentes, internas ou externas, para verificar a adesão a tais controles, assim como às leis e regulamentos aplicáveis.

Princípios 15:

Os supervisores bancários devem determinar que os bancos adotem políticas, práticas e procedimentos, incluindo regras rígidas do tipo “conheça-seu-cliente”, que promovam elevados padrões éticos e profissionais no setor financeiro e previnam a utilização dos bancos, intencionalmente ou não, por elementos criminosos.

d) Métodos de Supervisão Bancária Contínua**Princípios 16:**

Um sistema de supervisão bancária eficaz deve consistir da combinação de atividades de supervisão direta (*in loco*) e indireta.

Princípios 17:

Os supervisores bancários devem manter contato regular com as administrações dos bancos e conhecer profundamente todas as operações das instituições bancárias.

Princípios 18:

Os supervisores bancários devem dispor de meios para coletar, examinar e analisar relatórios prudenciais e estatísticos dos bancos, em bases individuais e consolidadas.

Princípios 19:

Os supervisores bancários devem dispor de meios para validação independente das informações pertinentes à supervisão, seja por intermédio de inspeções diretas, seja pelo uso de auditores externos.

Princípios 20:

Um elemento essencial da supervisão bancária é a capacidade de supervisionar grupos ou conglomerados bancários em bases consolidadas.

e) Requisitos de Informação

Princípios 21:

Os supervisores bancários devem se assegurar de que cada banco mantém registros adequados, definidos de acordo com políticas e práticas contábeis consistentes, que possibilitem uma avaliação precisa da real condição financeira do

banco e da lucratividade de seu negócio, e de que os bancos publicam regularmente relatórios financeiros que reflitam com fidelidade suas condições.

f) Poderes Formais dos Supervisores

Princípios 22:

Os supervisores bancários devem dispor de meios para adotar ações corretivas oportunas quando os bancos deixarem de cumprir requisitos prudenciais (como índices mínimos de adequação de capital), quando houver violação de regulamentos ou quando, de alguma outra forma, houver ameaça para os depositantes. Para circunstâncias extremas, deve-se incluir a competência para revogar a autorização de funcionamento da instituição, ou para recomendar sua revogação.

g) Atividades Bancárias Internacionais

Princípios 23:

Os supervisores bancários devem realizar supervisão global consolidada nas instituições que atuam internacionalmente, monitorando adequadamente e aplicando normas prudenciais adequadas em todos os seus negócios de alcance mundial, principalmente suas filiais estrangeiras, *joint-ventures* e subsidiárias.

Princípios 24:

Um elemento chave da supervisão consolidada é o estabelecimento de contatos e o intercâmbio de informações com os vários outros supervisores envolvidos, principalmente as autoridades supervisoras do país hospedeiro.

Princípios 25:

Os supervisores bancários devem requerer que as operações locais de bancos estrangeiros sejam conduzidas com o mesmo padrão de exigência requerido das instituições locais e devem ter poderes para fornecer informações requeridas por autoridades supervisoras do país de origem, visando possibilitar-lhes a supervisão consolidada.

3.1.3. Pré-condições para uma Supervisão Bancária Eficaz

A supervisão bancária é apenas parte de um amplo sistema necessário à promoção da estabilidade nos mercados financeiros. Esse sistema compreende:

- a) Políticas macroeconômicas sólidas e sustentáveis;
- b) infra-estrutura pública bem desenvolvida;
- c) efetiva disciplina de mercado;
- d) procedimentos para solução eficiente de problemas nos bancos; e
- e) Mecanismos para o estabelecimento do nível apropriado de proteção sistêmica (ou rede de proteção pública).

3.1.4. Riscos na Atividade Bancária

A atividade bancária, por sua natureza, implica a exposição a uma variada gama de riscos. Os supervisores bancários precisam entender tais riscos e se assegurar de que os bancos e as demais instituições financeiras os avaliam e os administram adequadamente. Os riscos mais relevantes enfrentados pelos bancos são discutidos a seguir:

a) Risco de crédito

A concessão de empréstimos é a atividade básica da maioria dos bancos. Para desenvolverem suas atividades de empréstimo, os bancos precisam fazer avaliações da capacidade de crédito dos tomadores. Essas avaliações nem sempre são acuradas e a capacidade de crédito de um tomador pode se reduzir ao longo do tempo devido a uma série de fatores. Conseqüentemente, um risco importante que os bancos enfrentam é o de crédito ou a falha de uma contraparte no desempenho de compromissos contratuais. Este risco se aplica não apenas a empréstimos, mas também a outras operações intra e extrabalanço, tais como garantias, aceites e investimentos em títulos. Sérios problemas bancários têm ocorrido em razão de deficiências dos bancos no reconhecimento de ativos inválidos, na criação de reservas para a baixa contábil desses ativos e na interrupção da apropriação de receitas de juros quando recomendável.

Exposições excessivas a um único tomador ou a um grupo de tomadores inter-relacionados, porque representam concentração do risco de crédito, são causas comuns de problemas para os bancos. Grandes concentrações podem surgir também com relação a determinados segmentos industriais, setores econômicos, regiões geográficas, ou por meio da utilização excessiva de modalidades de empréstimos cujas características os tornam vulneráveis aos mesmos fatores econômicos (p.ex., transações altamente alavancadas).

b) Risco país e risco de transferência

Além do risco de crédito inerente às operações de empréstimo, os empréstimos internacionais incluem também o risco país, que é associado aos ambientes econômico, social e político do país tomador. O risco país é mais visível nos empréstimos aos governos estrangeiros e a suas agências, já que tais operações são tipicamente não-garantidas, mas é importante considerá-lo em todos

os empréstimos e investimentos externos, para tomadores públicos ou privados. Há também um componente de risco país, denominado “risco de transferência”, que surge quando as obrigações do tomador não são expressas em moeda local. A moeda de que o tomador necessita para saldar suas obrigações pode não lhe estar disponível, independentemente de sua condição financeira particular.

c) Risco de mercado

Os bancos também enfrentam riscos de perdas em suas posições intra e extrabalanço, em decorrência de movimentos nos preços de mercado. Os princípios de contabilidade, geralmente aceitos tornam esses riscos mais evidentes em suas atividades mercantis, tanto nas que envolvem capital de terceiros como nas que envolvem capital próprio, ou nas posições referentes aos mercados de câmbio ou de *commodities*. Uma modalidade específica do risco de mercado é o risco de câmbio. Os bancos atuam como indutores do mercado de moedas estrangeiras ao estabelecerem suas cotações junto aos clientes e ao assumirem posições abertas em moedas. Os riscos inerentes às operações de câmbio, particularmente na condução de posições abertas em moedas estrangeiras, crescem durante os períodos de instabilidade das taxas de câmbio.

d) Risco de liquidez

O risco de liquidez em um banco decorre da sua incapacidade de promover reduções em seu passivo ou financiar acréscimos em seus ativos. Quando um banco apresenta liquidez inadequada, perde a capacidade de obter recursos, seja por meio de um aumento de seus exigíveis, seja pela pronta conversão de ativos, a custos razoáveis, afetando assim sua rentabilidade. Em casos extremos, liquidez insuficiente pode acarretar a insolvência de um banco.

e) Risco operacional

As modalidades mais relevantes de risco operacional envolvem o colapso de controles internos e do domínio corporativo. Tais colapsos podem acarretar perdas financeiras por meio de erros, fraudes ou deficiência no desempenho oportuno de atividades, podendo ainda causar, de alguma outra forma, comprometimento dos interesses do banco, por exemplo, por seus representantes (*dealers*), agentes de concessão de crédito ou outros componentes administrativos, mediante excessos no uso de suas competências e atribuições, ou pela condução dos negócios de maneira à ética ou arriscada. Outras formas de risco operacional incluem deficiências graves nos sistemas tecnológicos de informação ou eventos como grandes incêndios ou outros desastres.

f) Risco legal

Os bancos estão sujeitos a várias formas de risco legal. Aí se encontra incluído o risco de desvalorização de ativos ou de valorização de passivos em intensidades inesperadamente altas por conta de pareceres ou documentos legais inadequados ou incorretos. Adicionalmente, a legislação existente pode falhar na solução de questões legais envolvendo um banco. Um processo judicial envolvendo um determinado banco pode ter amplas implicações para todo o segmento bancário e acarretar custos, não somente para a organização diretamente envolvida, mas também para muitos ou todos os outros bancos. Ademais, pode haver mudanças nas leis que afetam bancos ou outras empresas comerciais. Os bancos são particularmente suscetíveis a riscos legais quando adotam novos tipos de transações e quando o direito legal de uma contraparte numa transação não está estabelecido.

g) Risco de reputação

Os riscos de reputação se originam, entre outras causas, de falhas operacionais e de deficiências no cumprimento de leis e de regulamentos relevantes. Riscos de reputação são particularmente danosos para bancos, já que a natureza de seus negócios requer a manutenção da confiança de depositantes, de credores e do mercado em geral.

3.1.5. Administração do Risco de Crédito

Os supervisores precisam se assegurar de que as funções de crédito e de investimento de um determinado banco ou instituições financeiras são desenvolvidas de forma objetiva e fundamentadas em princípios sólidos. A manutenção de políticas prudentes de empréstimo formalizadas, procedimentos para aprovação e administração de empréstimos e documentação apropriada das operações de concessão de crédito são essenciais para o gerenciamento da função de empréstimo de um banco. As atividades de empréstimo e de investimento de um banco ou de uma instituição financeira, devem se basear em normas prudenciais formalmente definidas, aprovadas por seu conselho de diretores e amplamente divulgadas junto a seus agentes de concessão de crédito e componentes administrativos. É também fundamental para os supervisores que se determine até que ponto as instituições adotam suas decisões de crédito a salvo de interesses conflitantes e de pressões impróprias de terceiros.

Todas as instituições financeiras devem ter também um processo bem desenvolvido de monitoramento contínuo de relações de crédito, incluindo as condições financeiras de tomadores. Um elemento chave de qualquer sistema de informações gerenciais deve ser uma base de dados que forneça detalhes essenciais da carteira de empréstimos, inclusive classificações internas segundo critérios qualitativos e quantitativos (Banco Central do Brasil - Basiléia, 1997, p.21).

3.2. CONTROLES INTERNOS

A finalidade dos controles internos é assegurar que os negócios de um a instituição financeira ou banco sejam conduzidos de maneira prudente e de acordo com políticas e estratégias estabelecidas pelo conselho de diretores; que as transações somente sejam efetuadas mediante autorização competente; que os ativos sejam protegidos e os exigíveis controlados; que a contabilidade e outros registros forneçam informações completas, precisas e oportunas; e que a administração seja capaz de identificar, avaliar, administrar e controlar os riscos do negócio (Banco Central do Brasil - Brasília, 1997, p.25).

São quatro os principais campos de ação associados aos controles internos:

- a) estrutura organizacional (definições de encargos e de responsabilidades, limites de competência para aprovação de empréstimos e procedimentos de tomada-de decisão);
- b) procedimentos contábeis (reconciliação de contas, listas de controle, balancetes periódicos de verificação, etc.);
- c) o “princípio dos quatro olhos” (segregação das várias funções, verificações cruzadas, duplo controle de ativos, duplas assinaturas, etc.);
e
- d) controle físico de ativos e investimentos.

Tais controles devem ser suplementados por uma função eficaz de auditoria, que avalie independentemente a adequação, a eficácia operacional e a eficiência dos sistemas de controle dentro de uma organização. Conseqüentemente, os auditores internos devem ter *status* apropriado dentro de um banco ou instituição financeira e sua independência de ação deve ser adequada e formalmente

estabelecida². A auditoria externa pode fornecer uma verificação cruzada quanto à eficácia desse processo. Os supervisores bancários devem se assegurar de que políticas e práticas eficazes são seguidas e de que a administração adota medidas corretivas apropriadas quando os auditores internos e externos identificam qualquer ponto de fragilidade nos controles internos (Banco Central do Brasil - Brasília, 1997, p.26).

3.3. PODERES FORMAIS DOS SUPERVISORES

3.3.1. Medidas Corretivas

Mesmo com o esforço de supervisores, podem ocorrer situações em que os bancos falham no cumprimento de requisitos de supervisão ou em que suas condições de solvência se tornam questionáveis. No sentido de proteger depositantes e credores, assim como de prevenir o alastramento contagioso de tais problemas, os supervisores devem estar preparados para intervir nas instituições sempre que necessário. Os supervisores bancários devem dispor de instrumentos de supervisão adequados para efetuar as ações corretivas oportunamente, que lhes permitam uma resposta condizente, dependendo da natureza dos problemas detectados. Nas situações em que os problemas detectados são de menor importância, ações informais, tais como comunicações orais ou escritas à administração da instituição, podem ser suficientes. Noutros casos, ações formais adicionais podem ser necessárias. Essas ações remediadoras têm maiores chances de sucesso quando compõem um programa abrangente de ações corretivas desenvolvidas pela instituição e com um calendário de implementação; entretanto, as dificuldades para se estabelecer um acordo com a administração dos bancos não devem inibir a autoridade supervisora de requerer as ações corretivas necessárias.

² Em alguns países, os supervisores bancários recomendam que os bancos estabeleçam um "comitê de auditoria" dentro do conselho de diretores. Este comitê tem por finalidade facilitar o efetivo desempenho, pelo conselho, de suas funções de supervisão.

Os supervisores devem ter autoridade não apenas para restringir as atividades correntes do banco, mas também para negar aprovação de novas atividades ou aquisições. Eles devem também ter autoridade para suspender dividendos e outros pagamentos a acionistas, bem como para restringir transferência de ativos e a compra, por um banco, de suas próprias ações. O supervisor deve ter meios eficazes de lidar com os problemas da administração, inclusive poderes para substituir controladores, diretores e administradores, ou de restringir seus poderes, e, quando necessário, de excluir pessoas dos negócios bancários. Em casos extremos, os supervisores devem ter competência para impor medidas de proteção do interesse público em relação a um banco que não consegue cumprir requisitos prudenciais ou outros. É importante que todas as ações corretivas sejam dirigidas diretamente ao conselho de diretores do banco, que é o principal responsável pela instituição (Banco Central do Brasil - Basileia, 1997, p.33).

Uma vez adotadas as ações ou impostas as medidas saneadoras, os supervisores devem ficar atentos no acompanhamento dos problemas que as geraram, por meio de verificações periódicas para examinar a conformidade do banco quanto às medidas. Deve haver uma escala progressiva de ação ou de medidas saneadoras se os problemas se agravarem ou se a administração do banco ignorar as exigências informais do supervisor para adoção de ações corretivas.

3.3.2. Procedimentos de Liquidação

Nos casos mais extremos, e a despeito de contínuas tentativas dos supervisores de assegurar que uma situação-problema seja resolvida, uma instituição bancária pode deixar de ser financeiramente viável. Em tais casos, o supervisor pode se envolver em soluções que requeiram a transferência de controle ou a fusão com uma instituição mais saudável. Quando todas as demais medidas falharem, o supervisor deve ter poderes para fechar ou dar assistência ao

fechamento de um banco insolvente, visando proteger a estabilidade geral do sistema bancário.

3.4. CENTRAL DE RISCO DO BANCO CENTRAL DO BRASIL - BACEN

A Central de Risco do BACEN (Banco Central do Brasil) é, atualmente, uma das mais importantes fontes de informações para as próprias instituições financeiras. Cada instituição financeira fornece ao BACEN a relação das operações de seus clientes pessoas físicas e jurídicas. Por sua vez, o BACEN agrupa as informações recebidas pelo CPF (pessoas físicas) ou CNPJ (pessoas jurídicas) e obtém a soma do conjunto dos compromissos diretos (empréstimos, financiamentos, leasing e outras operações) e indiretos (avais, por exemplo) de cada tomador e/ou garantidor em todo o sistema financeiro. Isso permite ao BACEN conhecer quem são os grandes devedores no mercado de crédito, a quantidade desses devedores e também quais são os bancos que estão suprindo recursos a tais tomadores. Cada instituição financeira pode consultar a Central de Risco sobre as dívidas e obrigações de seus clientes junto ao sistema financeiro. Por outro lado, se faz necessário que o cliente forneça por escrito uma autorização a instituição financeira para que a mesma possa consultar a referida base de informações do BACEN. A Central de Risco do BACEN foi criada por meio da Resolução 2.390 de 22-05-1997. Normas posteriores do BACEN foram emitidas para readequar a Central de Risco. Inicialmente, o limite mínimo, para a soma das operações de cada cliente era de R\$ 50.000,00, tendo esse valor sido alterado para R\$ 20.000,00 (referencial em vigor, maio/2000). Mais uma vez, em razão da dinâmica do mercado financeiro, o leitor deve manter-se atento para eventuais atualizações ou modificações nas normas das autoridades monetárias.

3.4.1. Central de Risco

O Banco Central do Brasil começou os trabalhos de implementação do Sistema Central de Risco de Crédito em 1.997.

Este instrumento revelou-se de grande utilidade no âmbito das atividades de supervisão bancária efetuada por aquela autarquia bem como, ainda em caráter secundário, em atividades de Bureau de Crédito para o Sistema Financeiro Nacional.

No primeiro trimestre do ano 2.000 foi realizada uma completa avaliação do atual sistema . O resultado desta avaliação apontou uma necessidade de ampliar o escopo das informações constantes visando atender não somente à área de supervisão bancária , mas também a outras áreas do Banco Central e ao próprio sistema financeiro através de suas instituições.

Dentre os benefícios esperados na reestruturação do sistema destacou-se:

I. aumento da capacidade de monitoramento de riscos de crédito, auxiliando a antever e prevenir crises no Sistema Financeiro Nacional - SFN;

II. desenvolvimento de ferramentas que possibilitam detectar potenciais problemas nas carteiras de crédito das instituições financeiras pela área de supervisão;

III. provimento de informações mais detalhadas sobre crédito, como subsídio das análises e pesquisas realizadas pelos diversos departamentos do Banco Central do Brasil;

IV. disponibilização, para o Sistema Financeiro Nacional, de informações de crédito de melhor qualidade, o que permitirá o aprimoramento das decisões de concessão e gerenciamento de crédito, podendo contribuir para a diminuição da inadimplência do sistema e do Spread bancário.

3.4.2. Regulamentação

O Conselho Monetário Nacional, por meio da Resolução 2.390, de 22 de maio de 1.997, substituída pela Resolução 2.724, de 31 de maio de 2000, determinou que as instituições especificadas prestem informações ao Banco Central do Brasil, o qual autorizou a baixar normas e tomar as medidas necessárias ao cumprimento do disposto na Resolução.

O Banco Central do Brasil, por sua vez, para cumprir a determinação do Conselho Monetário Nacional, editou regulamentos (Circulares e Cartas Circulares) para esclarecer acerca dos procedimentos a serem observados para a remessa das informações:

a) O Atual Sistema Central de Risco

O atual sistema tem como base o documento Cadoc 3010 – Devedores do Sistema Financeiro Nacional que respaldado normativamente pela Resolução 2.724, Circular 2.977, (com alterações feitas pela Circular 2.999) e Carta Circular 3.043, é instrumento utilizado para de envio de informações do Banco Central.

b) O Novo Sistema Central de Risco de Crédito

O novo sistema é respaldado normativamente pela Resolução 2.724, Circular 3.098 e Carta Circular 3.043.

Os principais aspectos de infra-estrutura tecnológica deste sistema enfocam o uso de uma arquitetura comprometida com as novas tendências de mercado, tanto para um bom desempenho do sistema na função de supervisão bancária, como na função de central de informação de crédito, facilitando a interoperabilidade do ambiente e reforçado o uso de componentes não-proprietários.

3.4.3 Principais Mudanças

Uma das principais mudanças no que diz respeito ao envio de informações ao Banco Central do Brasil é a adoção de Três documentos distintos:

Cadoc 3020 – Dados Individualizados de Risco de Crédito – Este documento será utilizado para transmissão de informações sobre operações com clientes cuja responsabilidade total seja de valor igual ou superior a R\$ 5.000,00, bem como para com as operações relevantes, assim entendidas aquelas de valor igual ou superior a R\$ 5.000.000,00. O documento 3020 deverá ser remetido mensalmente até o dia 20 do mês seguinte ao da respectiva data-base

Cadoc 3026 – Dados individualizados complementares de Risco de Crédito de Crédito – Este documento será utilizado para transmissão de informações sobre o conglomerado econômico a que pertencem os clientes das instituições financeiras e, mediante solicitação do Banco Central, dados de balanço e de classificação de risco atribuída por agências de classificação de risco;

As informações complementadas pelo documento 3026 possibilitarão analisar a real situação de risco de crédito das pessoas físicas e jurídicas pertencentes a conglomerados econômicos. Sua periodicidade será semestral, data-base de dezembro e junho, e sua remessa deve ser efetuada até 20 de abril e outubro respectivamente.

Cadoc 3030 – Dados agregados de Risco de Crédito – Este documento será utilizado para transmissão de informações sobre as operações de crédito de forma agregada. O documento 3030 deverá ser remetido mensalmente até o dia 20 do mês seguinte ao da respectiva data-base.

3.5. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Basicamente as instituições financeiras, não obstante o significativo volume de operações e recursos transacionados via prestação de serviços, tem como sua principal atividade a concessão de crédito. Estas operações de crédito são basicamente repasses dos recursos captados dos agentes econômicos superavitários (que têm sobra de recursos disponíveis) aos agentes econômicos deficitários (que necessitam de recursos).

Existe uma enorme variedade de transações com operações de crédito, uma infinidade de valores movimentados, uma formalística na concessão regida pelos austeros ditames da Lei, prazos, taxas, formas de pagamento e garantias e ainda a avaliação do risco envolvido.

Imprescindível, portanto conceituá-las e apresentar as características das principais formas de concessão de crédito, quais sejam:

a) Caráter

- Refere-se a intenção de liquidação da operação;
- Hábitos de pagamentos;
- Informações restritivas.

b) Condições

- Características do ramo de atividade ou mercado no qual está inserido o tomador do recurso;
- Situação atual deste mercado;
- Perspectivas.

c) Capacidade

- Habilidade e competência do tomador para gerir seus recursos;

- Potencial de geração de recursos.

d) Capital

- Situação econômico-financeira.

e) Colateral

- Garantias oferecidas.

3.5.1. Conceitos Básicos

As operações de crédito, praticadas pelas instituições financeiras, podem ser definidas como as que envolvem o risco de inadimplência de obrigações assumidas contratualmente por clientes.

Entende-se por inadimplência o descumprimento de obrigações assumidas contratualmente pelo devedor, seja elas pecuniárias ou não. Do cliente que está cumprindo com suas obrigações contratuais diz-se que está adimplente.

Nas instituições financeiras, conceder crédito a uma pessoa física ou jurídica é:

- a) Alocar um montante de recursos ao tomador hoje, na expectativa de que estes serão pagos futuramente, acrescidos dos respectivos encargos;
- b) Assumir responsabilidade pelo cliente perante terceiros, por meio da concessão de garantias;
- c) Intermediar operações de swaps de taxas de juros e taxas cambiais entre duas empresas. No swap, que é a troca de fluxos de caixa esperados entre duas empresas, o risco de crédito da instituição que intermedeia a operação refere-se a eventual inadimplência da empresa responsável pelo pagamento da variação positiva (empresa que perde na troca de fluxos). O montante do risco, que não pode ser definido a

priori, ou seja, antes do vencimento dos fluxos esperados, será igual ao montante da variação positiva. No caso de inadimplência da empresa perdedora, a instituição que intermediou deverá pagar a diferença da taxa para a empresa que ganhou com a transação;

- d) Comprometer-se com aquisição de títulos. Enquanto os papéis permanecerem em carteira, ou seja, enquanto os títulos não forem negociados no mercado secundário, a instituição financeira estará correndo o risco do emissor.

Em suma, crédito é todo ato de vontade ou disposição de alguém de destacar ou ceder, temporariamente, parte do seu patrimônio a um terceiro, com a expectativa de que esta parcela volte a sua posse integralmente, depois de decorrido o tempo estipulado.

As operações de crédito podem representar um risco direto para a instituição quando o contrato é firmado diretamente entre ela e seu cliente, como nos empréstimos e financiamentos, ou um risco contingente, nos casos em que a instituição garante obrigações que seu cliente assumiu perante terceiros e na de intermediação de swaps.

3.5.2. Classificação das Operações de Crédito

As opções de empréstimos oferecidas pelo mercado são por vezes variações sobre um mesmo tema. Considera-se, por exemplo, o levantamento de recursos com base em recebíveis. Dependendo do tipo de recebível, vamos encontrar operações com diferentes denominações e assim esta regra aplica-se a outras formas de operações de crédito.

Em termos contábeis, as operações de crédito devem ser classificadas em:

- I. Empréstimos: são operações realizadas sem destinação específica ou vínculo à comprovação da aplicação de recursos (adiantamento a depositante, capital de giro, crédito pessoal, etc.). São aberturas de crédito e empréstimos contratados antes de cada utilização de recursos.
- II. Títulos descontados: são as operações de desconto de títulos, quer sejam duplicatas que tenham por lastro transações mercantis, quer sejam notas promissórias.
- III. Financiamentos: com destinação específica, vinculada à comprovação da aplicação de recursos (financiamentos imobiliários, rurais, de máquinas e outros equipamentos, etc.).

As operações de crédito devem ser, também, segregadas por beneficiário, de modo a permitir a identificação do direcionamento do crédito.

3.6. CLASSIFICAÇÃO DO RISCO

Toda operação de crédito envolve risco, todo crédito com risco parte de um “risco calculado” todo crédito concedido com “incerteza” definitivamente não reconhece o risco que está correndo (ORTOLANI, 2000).

Tendo em vista que o mercado financeiro opera buscando rentabilizar os seus empreendimentos não incidindo em operações que geram incertezas, mas aquelas que possuem apenas os riscos próprios da atividade, assim também foi determinado pelo Banco Central do Brasil que houvesse uma forma de verificação e avaliação do risco de cada instituição financeira a ele ligado.

Tal não seria possível se não houvesse um mecanismo que avaliasse o risco envolvido em cada operação de crédito concedido concomitantemente ao risco relacionado a cada tomador, individualmente.

Criado em bases puramente técnicas a avaliação do risco é feita em relação ao devedor e seus garantidores e em relação às operações.

3.6.1. Modelo do Banco Central do Brasil

Quando do início da configuração do atual sistema financeiro nacional, em 1964, principal fator de risco foi identificado como sendo a alavancagem das instituições financeiras. Tratou-se então de limitar esta alavancagem a doze vezes o valor do patrimônio líquido. Desta forma, qualquer instituição com patrimônio líquido no valor de R\$ 100,00 poderia aplicar ou emprestar recursos até o montante de R\$ 1.200,00. O valor do patrimônio líquido era reajustado pelo resultado de exercício ou por subscrição de capital. O contingenciamento era a forma como se tentava prevenir as instituições financeiras do risco de crédito.

3.6.2. Resolução 1.748

Com a edição da Resolução 1.748, divulgada em 05 de agosto de 1990 pelo Banco Central do Brasil, consolidaram-se critérios para inscrição de valores nas contas de créditos em liquidação e regras para provisão de créditos de liquidação duvidosa. Então, a partir do montante de créditos contabilizados como créditos de curso normal, créditos em atraso ou créditos em liquidação, calculava-se, para cada instituição financeira, um valor mínimo de provisão a ser realizado. A provisão objetivava, pois, constituir uma reserva para fazer frente às perdas inerentes à própria atividade creditícia. A provisão era devida tendo em vista o tempo de atraso e a existência de garantias que amparassem tais créditos, analisando-se a situação de cada operação individualmente. A premissa é de que quanto maior o tempo de atraso, pior seria a qualidade do crédito e, portanto, maior o seu risco. A provisão reduziria o resultado do exercício e poderia diminuir o patrimônio líquido caso excedesse àquele valor (PANDELO, 1998).

Classificação Contábil do Crédito	Atraso em Dias	Percentual de Provisão
Crédito Normal	até 60 dias	0%
Crédito em Atraso	de 61 a 180 dias	de 61 a 180 dias
Crédito em Atraso	de 180 a 360 dias	50% ou 100%
Crédito em Liquidação	acima de 360 dias	100%

Quadro 2 - Classificação de Crédito e Níveis de Provisão – Resolução 1.748.

Fonte: Banco Central do Brasil – Grupo de Comunicação Institucional (19.06.2000).

3.6.3. Resolução 2.682

A resolução 1.748/90 foi revogada pela resolução 2.682/99, de 21.12.1999. Por meio dela foram estabelecidos novos critérios de classificação das operações de crédito e regras para constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa. Conforme dispõe essa resolução, ainda vigente, os créditos são classificados em vários níveis – decrescendo de AA até H – de acordo com a percepção do risco de crédito do tomador, das garantias oferecidas e da modalidade operacional. Uma variável-chave para esta classificação é o tempo de atraso. Em cada um desses níveis é exigido um percentual de provisão que varia de 0% a 100% sobre o total dos créditos registrados naquela faixa. Ainda que estabeleça percentuais fixos de provisionamento em cada uma dessas classes, induz as instituições brasileiras a buscar critérios que levem à alocação dos clientes nas classes predeterminadas. É uma tentativa de melhor mensuração do risco de crédito e, por via de consequência, do ativo ponderado pelo risco e do patrimônio líquido mínimo necessário (Banco Central do Brasil, 1999)

A respectiva Resolução é composta por apenas 16 artigos. Os 3 primeiros apresentam as classes de risco (AA até H) e os critérios que devem ser considerados na avaliação da qualidade dos ativos da carteira. Nos artigos 4º e 5º são expostos os períodos mínimos para a revisão das classificações dadas aos créditos (vide Quadro 2). Os artigos 6º até o 9º complementam os anteriores ao estabelecerem os percentuais de provisão para fazer face a perdas prováveis na

realização desses direitos, além de explicitar procedimentos contábeis para a transferência de créditos para contas fora-de-balanço (contas de compensação), tratamento das operações renegociadas e reconhecimento de receitas em operações atrasadas. Os artigos finais – 10 a 16 – abordam questões relacionadas aos poderes do Banco Central do Brasil, responsabilidades dos auditores independentes, transparência e divulgação dos critérios usados para a classificação dos créditos em notas explicativas e a extensão deste normativo para as operações de arrendamento mercantil. Assim, pode-se dividir a norma em quatro segmentos básicos: o primeiro, a classificação dos créditos; o segundo, o período de revisão mínimo; o terceiro, a provisão correspondente a cada categoria e, por último, questões ligadas à transparência dos critérios utilizados (Banco Central do Brasil, 1999).

Nível de Risco	Reclassificação por Inadimplência
AA	Créditos sem atraso
A	Créditos com atraso até 14 dias
B	Créditos com atraso entre 15 e 30 dias
C	Créditos com atraso entre 31 e 60 dias
D	Créditos com atraso entre 61 e 90 dias
E	Créditos com atraso entre 91 e 120 dias
F	Créditos com atraso entre 121 e 150 dias
G	Créditos com atraso entre 151 e 180 dias
H	Créditos com atraso superior a 180 dias

Quadro 3 – Tempo de Atraso e Nível de Risco Correspondente.
Fonte: BANCO, 1999, artigos 4o, 5o e 6o.

Diante do que até aqui foi apresentado, interessa comentar os artigos 1º ao 3º. O artigo primeiro estabelece os níveis (de AA a H) em que devem ser classificadas as operações de crédito em ordem crescente de risco. Em relação às normas anteriores sobre a matéria, a presente resolução confere maior segmentação às classificações de risco de crédito e maior possibilidade de adoção de diferentes critérios. Este aumento na seleção de possíveis critérios está expresso

no segundo artigo, o qual atribui à instituição detentora do crédito a responsabilidade pela classificação da operação e enumera critérios mínimos que devem ser avaliados nessa hora. Entre os critérios que devem ser levados em consideração constam a situação econômico-financeira, o setor de atividade econômica e a pontualidade do devedor e dos seus garantidores no pagamento de suas dívidas. O artigo terceiro dispõe que, em regra, deve-se utilizar a classificação da operação de maior risco para a inclusão do cliente nas classes de risco nos casos em que este possua mais de uma operação com a instituição financeira. Ficam estabelecidos, portanto, critérios mínimos para a classificação dos créditos. Nada impede que as instituições financeiras desenvolvam sistemas para avaliar o risco do cliente, e assim classificá-lo em algum dos 9 níveis de risco pré-estabelecidos, ao invés de aguardar a ocorrência de atrasos para então se proceder à regularização das classificações de risco.

Nos artigos 4o, 5o e 6o, cujo conteúdo está exposto no Quadro 4, ficam expressos os níveis de provisão mínimos para cada classe de risco.

Nível de Risco	Percentual de Provisão
AA	0,0%
A	0,5%
B	1,0%
C	3,0%
D	10,0%
E	30,0%
F	50,0%
G	70,0%
H	100,0%

Quadro 4 – Nível de Risco e Percentual de Provisão.
Fonte: BANCO, 1999.

Saliente-se que, em relação à norma anterior, a existência de classes de crédito de acordo com seu risco, representa, por si só, um avanço ao permitir maior conhecimento, comparabilidade e gerenciamento da carteira. Quanto pior a classificação do crédito, maior será a provisão exigida sobre este. Mesmo na ocorrência de renegociações, os créditos permanecem na sua classificação anterior até que haja amortização significativa da parcela do débito.

Foi visto até aqui um dos aspectos do risco em operações de crédito, qual seja, a constituição de provisão que retrate a probabilidade de não recebimento dos créditos. Esse aspecto do risco será doravante denominado risco de crédito. Todavia, em meados dos anos 80, ocorreram quebras de várias instituições financeiras, nos Estados Unidos e Europa, que motivaram um novo entendimento acerca do risco de crédito. Além da provisão freqüentemente exigida para os créditos de liquidação duvidosa, passou-se a exigir das instituições financeiras, bancos em especial, a obrigatoriedade da manutenção de patrimônio líquido ajustado em valor compatível com o grau de risco das operações ativas dessas instituições, funcionando como uma margem de segurança. Havia o entendimento de que as empresas do setor, e, por consequência, os sistemas financeiros nacionais, deveriam prevenir-se contra mudanças bruscas na conjuntura que aumentassem sobremaneira o risco de crédito das operações contratadas. Tal foi o entendimento dos Bancos Centrais dos países membros do G10, que em 15 de julho de 1988 firmaram acordo para implementar as diretrizes estabelecidas no *International Convergence of Capital Measurements*, mais conhecido como Acordo da Basiléia. Este acordo implicou a manutenção de um limite mínimo de capital nas instituições financeiras de acordo com o grau de risco dos ativos e foi considerado um avanço fundamental para a prevenção do risco de crédito de origem sistêmica, macroeconômica (JORION, 1999).

3.6.4. Acordo da Basiléia

O Acordo da Basiléia estabelecia 04 ponderações para o cálculo do patrimônio líquido mínimo a ser mantido na instituição financeira, dado o nível de risco dos seus ativos em operações de crédito. Foram considerados como de risco nulo os títulos dos governos de países membros da Organização Econômica dos Países Desenvolvidos (OCDE) e as posições líquidas. No extremo oposto, sofrendo

uma ponderação de 100% do valor do crédito classificavam-se, principalmente, os títulos originados de operações de crédito com pessoas físicas e jurídicas independentemente do seu porte e qualidade. Havia ainda outras duas ponderações intermediárias, de 20% e de 50%, para outros tipos de mutuários. Do somatório dos ativos ponderados pelo risco (APR), 8% desse montante, a título de encargo de capital, deveria corresponder ao patrimônio líquido mínimo.

A resolução do Conselho Monetário Nacional - CMN 2.099/94, divulgada pelo Banco Central do Brasil em 31 de agosto de 1.994, reproduziu no país os preceitos de supervisão bancária relativos à prevenção do risco de crédito firmados no *International Convergence of Capital Measurements*. Assim, surgiu no país um instrumento para dimensionar o montante de patrimônio líquido mínimo - capital regulamentar – a ser mantido pelas instituições financeiras como meio de se contrapor aos riscos sistêmicos, oriundos de oscilações na macroeconomia. Tal como no Acordo da Basileia, as ponderações do risco passaram a ser subdivididas em 04 níveis de risco. Quanto maior fosse o risco presumido do emissor do título de crédito, maior seria a ponderação do ativo. Títulos públicos federais seriam considerados como ativos de crédito sem risco, recebendo, portanto, ponderação nula (zero). Já títulos vinculados a pessoas físicas ou jurídicas, quaisquer que fossem, ser-lhes-iam consignados o nível de risco máximo, ou seja de 100%. As categorias de 20% e 50% seriam, respectivamente, reservadas aos títulos municipais e estaduais.

Desse modo as instituições que operassem com maior nível de risco em suas operações de crédito, apresentariam montante de patrimônio líquido mínimo (capital regulamentar) superior ao montante apurado para bancos que operassem com menor risco em suas carteiras. O montante do patrimônio líquido da instituição financeira deveria ser superior ao patamar mínimo, ou seja, 8% do somatório dos ativos ponderados pelo risco.

É oportuno registrar que, na verdade, no Brasil, de acordo com a versão mais atualizada do Manual de Normas das Instituições Financeiras (MNI) do Banco Central do Brasil, o encargo de capital exigido é de 11 e não 8 por cento dos ativos ponderados pelo risco (BANCO, 2000b). O acordo de 1988 permitia aos seus signatários – o Brasil é um deles – que estabelecessem o encargo de capital entre 8 e 12 por cento do valor do Ativo Ponderado pelo Risco. A formatação atual do patrimônio líquido mínimo exigido (PLE) em função do nível de risco das instituições financeiras contempla outros aspectos além do risco de crédito.

Em resumo, forma-se, então, a partir das resoluções 2.682/99 e 2.099/94, um entendimento acerca dos mecanismos de prevenção de riscos na área de crédito do sistema financeiro: a soma da provisão para créditos de recebimento duvidoso (como prevenção ao risco de crédito) e do capital regulamentar a ser reservado (para prevenção da perda potencial) asseguraria às instituições financeiras um montante de recursos adequado para garantir a estabilidade e continuidade do sistema financeiro.(JORION, 1999; PANDELO, 2000).

3.6.5. Resolução 2.099

O Acordo da Basiléia, que serve de modelo à resolução 2.099/94, implicou a manutenção de um limite mínimo de capital nas instituições financeiras e foi considerado um avanço fundamental para a prevenção do risco de crédito de origem sistêmica. O referido Acordo foi eficaz, pois sustou a onda de falências em instituições bancárias. Mas tornou o limite mínimo de capital excessivo, relativamente ao valor necessário para o dia-a-dia das práticas bancárias, penalizando as instituições financeiras (JORION, 1999).

Ademais, a determinação deste montante através de normas que uniformizem o cálculo deste valor para todas as instituições (como aquela adotada no acordo da Basiléia, a abordagem “uma única medida para todos os casos”),

independentemente das estruturas das suas carteiras de crédito ou das condições de seu gerenciamento, cria espaço para a arbitragem de capital. Meyer (2000) aponta que, a continuidade dessa forma de cálculo induz os bancos a reter ativos com risco mais elevado quando sua alocação interna de capital excede os níveis de requerimento de capital regulamentarmente exigidos e a vender, securitizar, transformar esses ativos em operações fora-de-balanço quando o capital regulamentar for superior ao capital econômico alocado. O resultado, deste processo, são bancos menos transparentes e com um maior risco para o sistema. Quanto maior a diferença entre o capital regulamentar e o capital econômico, maior o espaço para a arbitragem e a utilização de instrumentos derivativos.

A mensuração adequada do capital regulamentar de uma instituição financeira não é uma tarefa fácil. Segundo Meyer (2000), nas últimas décadas os supervisores têm concluído pela insuficiência das informações contidas nos balanços das instituições para tal fim. Então, a maioria das agências supervisoras têm adotado abordagens que avaliam cuidadosamente os controles internos das instituições, incluindo-se os sistemas internos de gerenciamentos de risco. Os principais bancos do mundo, como o J P Morgan, por exemplo, têm-se antecipado aos supervisores e, nesse sentido, ao passo em que cumprem os preceitos normativos, vêm desenvolvendo mecanismos mais complexos de monitoramento do risco em operações de crédito.

Em 1.999 iniciou-se a discussão buscando encontrar maneiras de atualizar a regulamentação em vigor, objetivando melhorar a aferição do patrimônio líquido mínimo exigido pela norma, o capital regulamentar, em relação ao capital econômico realmente necessário. Em princípio, existem três correntes de opinião sobre o assunto (BASLE, 1999):

- a) a primeira, prevê o aperfeiçoamento dos padrões 12 de risco de crédito

exigidos uniformemente para todas as instituições;

- b) a segunda, propõe o abandono destes padrões e a adoção, em seu lugar, dos sistemas internos de gerenciamento de risco das instituições atrelados às avaliações de empresas, como forma de mensurar o capital regulamentar;
- c) a terceira, advoga a exclusiva adoção dos modelos internos de gerenciamento de risco de cada instituição para o cálculo do capital regulamentar, a partir de parâmetros mínimos estabelecidos pelos bancos centrais.

No momento, é adequado ressaltar que na área de crédito existem dois riscos principais. De um lado, o risco de crédito que corresponde à parcela do risco que é esperada que ocorra porque nem todos os devedores pagam seus contratos na forma pactuada. A constituição de provisão é o meio pelo qual as instituições financeiras buscam reconhecer este risco e se antecipar aos seus efeitos. Uma outra parcela do risco é de origem inesperada. A premissa é que crises sistêmicas, ou melhor, alterações bruscas nos preços e nas condições macroeconômicas aumentem a probabilidade de insolvências junto aos clientes de uma instituição financeira ou mesmo sobre instituições financeiras congêneres, trazendo impactos negativos para todos. A forma de se contrapor a este risco, de acordo com a norma, é a constituição de uma reserva a ser mantida no patrimônio líquido da instituição, o capital regulamentar. Então, a provisão e o capital regulamentar correspondem à forma de prevenção contra a ocorrência desses dois aspectos principais do risco. Posteriormente será visto que o conceito de avaliação do risco de crédito e de constituição do capital econômico, utilizados pelos modelos de mercado, são formas desenvolvidas para mensurar estes mesmos aspectos do risco.

Foi apresentado até este ponto o modelo do Banco Central do Brasil, que

busca mensurar o risco de crédito esperado e o montante de perda potencial que poderia ocorrer na existência de crise sistêmica.

3.6.6. Regulamentação para Classificação de Operações de Crédito e Provisionamento de Operações de Liquidação Duvidosa

A Resolução número 2.682, de 1999, determinou a classificação das operações de crédito, de arrendamento mercantil e outros créditos em geral nos níveis de risco “AA”, “A”, “B”, “C”, “D”, “E”, “F”, “G” e “H”, considerando, pelo menos, os seguintes aspectos:

I. Em relação ao devedor e seus garantidores:

- a) Situação econômico-financeira;
- b) Grau de endividamento;
- c) Capacidade de geração de resultado;
- d) Fluxo de caixa;
- e) Administração e qualidade de controles;
- f) Pontualidade e atrasos nos pagamentos;
- g) Contingências;
- h) Setor de atividade econômica;
- i) Limite de crédito;

II. Em relação à operação:

- a) Natureza e finalidade da transação;
- b) Características das garantias, particularmente quanto a suficiência e liquidez;
- c) Valor.

3.6.7. Revisão de Risco

Além disso, a classificação dos níveis de risco deve ser revista, no mínimo:

- I. Mensalmente, por ocasião dos balancetes e balanços, em função de atraso verificado no pagamento de parcela de principal ou de encargos, sendo que para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses é admitida a contagem em dobro, devendo ser observado que:
 - a) Atraso entre 15 e 30 dias: risco nível B, no mínimo;
 - b) Atraso entre 31 e 60 dias: risco nível C, no mínimo;
 - c) Atraso entre 61 e 90 dias: risco nível D, no mínimo;
 - d) Atraso entre 91 e 120 dias: risco nível E, no mínimo;
 - e) Atraso entre 121 e 150 dias: risco nível F, no mínimo;
 - f) Atraso entre 151 e 180 dias: risco nível G, no mínimo;
 - g) Atraso superior a 180 dias: risco nível H;
- II. com base nos critérios descritos nos arts. 2 e 3 da resolução 2.682:
 - a) A cada seis meses, para operações de um mesmo cliente ou grupo econômico cujo montante seja superior a 5% (cinco por cento) do patrimônio líquido ajustado;
 - b) Uma vez a cada 12 meses, em todas as situações, exceto para as operações de crédito contratadas com cliente cuja responsabilidade total seja de valor inferior a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), as quais podem ter sua classificação revista de forma automática unicamente em função dos atrasos consignados no inciso I.

3.6.8. Classificação da Carteira

A classificação da carteira em níveis de risco implicará a constituição de provisão não inferior ao somatório dos seguintes percentuais:

- I. 0,5% (meio por cento) sobre o valor das operações classificadas como de risco nível A;
- II. 1% (um por cento) sobre o valor das operações classificadas como de risco nível B;
- III. 3% (três por cento) sobre o valor das operações classificadas como de risco nível C;
- IV. 10% (dez por cento) sobre o valor das operações classificadas como de risco nível D;
- V. 30% (trinta por cento) sobre o valor das operações classificadas como de risco nível E;
- VI. 50% (cinquenta por cento) sobre o valor das operações classificadas com de risco nível F;
- VII. 70% (setenta por cento) sobre o valor das operações classificadas como de risco nível G;
- VIII. 100% (cem por cento) sobre o valor das operações classificadas como de risco nível H.

Outro aspecto que merece destaque diz respeito às operações objeto de renegociação as quais devem ser mantidas, no mínimo, no mesmo nível de risco em que estiverem observado ainda que aquela registrada como prejuízo deve ser classificada como de risco nível H, admitindo-se apenas quando houver amortização significativa da operação ou quando fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, a reclassificação para nível de menor risco. Além disso, o ganho

eventualmente auferido por ocasião da renegociação deve ser apropriado ao resultado quando de seu efetivo recebimento.

A Resolução veda ainda o reconhecimento dos encargos nas operações que apresentem atraso igual ou superior a 60 dias no pagamento de parcela de principal ou juros, evitando o reconhecimento de receitas nas situações de difícil ou duvidosa realização.

Finalmente, deverão ser divulgadas em nota explicativa, as demonstrações financeiras informações detalhadas sobre a composição da carteira de operações de crédito, observado, no mínimo:

- I. distribuição das operações, segregada por tipo de cliente e atividade econômica;
- II. distribuição por faixa de vencimento;
- III. montantes de operações renegociadas, lançados contra prejuízo e de operações recuperadas, no exercício.

3.7. POLÍTICA DE CRÉDITO E PROVISIONAMENTO DE RISCO

Políticas, em administração de empresas, são instrumentos que determinam padrões de decisão para de soluções de problemas semelhantes. Determinados problemas que surgem ocasionalmente pode exigir uma tomada de decisão singular, segundo suas peculiaridades, não sendo possível estabelecer-se políticas. Quando, entretanto, tratar-se de fatos repetitivos, recomenda-se a adoção de uma política de resoluções.

A política de credito é também chamada por alguns autores de “padrões de credito”, sendo seu objetivo básico a orientação nas decisões de credito, em face dos objetivos desejados e estabelecidos. Podemos dizer que a política de credito é:

- um guia para a decisão de credito, porem não é a decisão;
- rege a concessão de credito, porém não concede o credito;
- orienta a concessão de credito para o objetivo desejado, mas não é objetivo em si.

A política de credito esta relacionada diretamente com as aplicações de recursos de natureza operacional e pode envolver expressivos volumes de investimento.

Pela sua importância, apolítica de credito devera estar reservada aos escalões hierárquicos mais altos (Conselho de Administração, Diretor-Presidente, Diretor Financeiro, ect.) dentro das organizações. Para as instituições financeiras, normalmente, há um “Comitê de Credito”, que é uma espécie de órgão colegiado, que responde pelas decisões de credito. A Política de Credito pode ser definida pelo Comitê máximo composto pela alta direção ou mesmo por um Conselho de hierarquia superior ao próprio Comitê. Entre as funções da Diretoria de Credito de uma instituição financeira, esta a de propor as instancias superiores as Políticas de Credito a serem adotadas.

As instituições financeiras, em geral, tendem a ter critérios rigorosos na concessão de credito, pois o prejuízo decorrente do não-recebimento de uma operação de credito, representará a perda do montante emprestado.

3.7.1. Definição dos Critérios de Classificação e Pontuação

São avaliados os seguintes aspectos para a determinação dos graus de risco:

- a) situação econômico-financeira: avalia aspectos relacionados diretamente à saúde financeira do associado/cliente;

- b) grau de endividamento: pondera o grau de comprometimento do associado/cliente com o pagamento de dívidas;
- c) capacidade de geração de resultados: busca analisar a viabilidade econômica da atividade do associado/cliente;
- d) fluxo de caixa: busca avaliar a capacidade do associado/cliente se auto-sustentar, ou seja, sua capacidade de gerar recursos cíclicos;
- e) administração e qualidade de controles: busca avaliar a capacidade do associado/cliente gerir sua vida financeira ou, no caso de empresas, a capacidade de sua administração;
- f) pontualidade e atraso nos pagamentos: avalia o comportamento histórico do associado/cliente em outras operações de crédito;
- g) contingências: busca avaliar a fragilidade do associado/cliente frente a contingências mercadológicas ou operacionais;
- h) setor de atividade econômica: pondera, no risco do associado/cliente, o risco típico do mercado em que atua;
- i) limite de crédito: avalia a adequação dos limites concedidos à capacidade do associado/cliente;
- j) patrimônio e renda: itens importantes na avaliação de pessoas físicas.

O resultado final da classificação de uma operação de crédito dependerá do grau de risco atribuído ao tomador, seu garantidor e demais garantias, além das demais características da operação.

Considerando os aspectos relacionados acima, classificam-se as variáveis de acordo com tabelas de pontuação, com a seguinte escala:

Assim, a cada item avaliado é atribuída uma determinada pontuação, permitindo apurar a média ponderada de todas as pontuações, que representará o resultado final para o associado/cliente.

PONTUAÇÃO OBTIDA	CONCEITO
1	plenamente satisfatório
2	satisfatório
3	satisfatório com ressalvas
4	razoável
5	razoável fraco
6	fraco
7	extremamente fraco
8	insatisfatório
9	Inaceitável

Quadro 5 – Classificação e Pontuação.

Fonte: SICREDI, *Guia de Operações – Sistema de Classificação de Risco*. 2000.

3.8. AVALIAÇÃO DE RISCO

A avaliação das operações de crédito deve sempre guardar coerência entre os valores provisionados e o grau de risco de perda nas operações de crédito.

Sendo assim, e respeitando o estabelecido na Resolução nº 2.682, de 21-12-99, do CMN - Conselho Monetário Nacional, o grau de risco de cada operação é apurado de acordo com a classificação de risco do tomador e suas características e da avaliação do grau de risco da operação.

O grau de risco é apurado a partir da avaliação do:

- a) risco do tomador;
- b) risco do garantidor;
- c) risco da operação;
- d) dias de atraso.

3.8.1. Critérios de Avaliação e Apuração da Pessoa Jurídica

O resultado da classificação de pessoas jurídicas é adquirido tabulando-se os dados obtidos nos parâmetros na planilha exposta a seguir:

O resultado final é adquirido calculando a média ponderada do associado/cliente, relacionando a pontuação obtida em cada item com seu peso relativo na avaliação.

Os pesos serão definidos periodicamente pelo Comitê de Crédito.

ITEM AVALIADO	PONTUAÇÃO OBTIDA	PESO DO ITEM
SITUAÇÃO ECONOMICO FINANCEIRA		
GRAU DE ENDIVIDAMENTO		
CAPACIDADE DE GERAÇÃO DE RESULTADOS		
FLUXO DE CAIXA		
QUALIDADE DA ADMINISTRAÇÃO		
PONTUALIDADE		
CONTINGÊNCIAS		
MERCADO		
LIMITE		

Quadro 6 – Critérios de Apuração de Resultado – Pessoal Jurídica.

Fonte: SICREDI, *Guia de Operações – Sistema de Classificação de Risco*. 2000.

A classificação final é obtida através da seguinte análise:

MÉDIA ENCONTRADA	CLASSIFICAÇÃO
até 1	AA
acima de 1 e até 2	A
acima de 2 e até 3	B
acima de 3 e até 4	C
acima de 4 e até 5	D
acima de 5 e até 6	E
acima de 6 e até 7	F
acima de 7 e até 8	G
acima de 8 e até 9	H

Quadro 7 – Classificação da Apuração.

Fonte: SICREDI, *Guia de Operações – Sistema de Classificação de Risco*. 2000.

a) Situação Econômico-Financeira

A análise deve refletir a atual situação do associado/cliente e sua capacidade de manter-se financeiramente saudável.

Em função da abrangência desse aspecto, a análise da situação econômico-financeira divide-se nos seguintes subitens:

- I. Tempo de operação no mercado;
- II. Tempo de relacionamento com a instituição;

- III. informações cadastrais;
- IV. posição no mercado em que atua;
- V. confiabilidade das demonstrações contábeis;
- VI. estrutura de capital.

b) Grau de Endividamento

Para a avaliação do nível de endividamento, deverá ser utilizado o índice “endividamento geral”, representado pela seguinte fórmula:

PONTUAÇÃO	CONDIÇÕES
1	endividamento geral até 20%
2	endividamento geral acima de 20% e até 25%
3	endividamento geral acima de 25% e até 35%
5	endividamento geral acima de 35% e até 50%
7	endividamento geral acima de 50% e até 70%
9	endividamento geral acima de 70%

endividamento geral	=	$\frac{(\text{passivo circulante} + \text{exigível longo prazo})}{\text{ativo total}}$
------------------------	---	--

Quadro 8 – Nível de Endividamento.

Fonte: SICREDI, *Guia de Operações – Sistema de Classificação de Risco*. 2000.

Para empresas que não emitem balanços deve-se utilizar a seguinte fórmula:

endividamento geral	=	$\frac{\text{endividamento total da empresa} \\ (\text{conforme declaração assinada fornecida por essa})}{\text{bens e valores a receber da empresa} \\ (\text{conforme declaração assinada fornecida por essa})}$
---------------------	---	--

Quadro 9 – Nível de Endividamento - Explicação.

Fonte: SICREDI, *Guia de Operações – Sistema de Classificação de Risco*. 2000.

c) Capacidade de Geração de Resultados

Empresas com dificuldades em obter resultados satisfatórios apresentam maior tendência de problemas futuros, dadas às dificuldades de reinvestimento e viabilidade de manutenção.

PONTUAÇÃO	CONDIÇÕES
1	retorno sobre o PL acima de 10%
2	retorno sobre o PL acima de 7% e até 10%
4	retorno sobre o PL acima de 4% e até 7%
6	retorno sobre PL acima de 2% e até 4%
9	retorno sobre o PL até 2%

Quadro 10 – Análise de capacidade de Geração de Resultado.

Fonte: SICREDI, *Guia de Operações – Sistema de Classificação de Risco*. 2000.

Apura-se o retorno sobre o PL utilizando a seguinte fórmula:

$$\text{retorno sobre o PL} = \frac{\text{resultado líquido}}{\text{PL}}$$

Quadro 11 – Análise de Retorno do PL – com balanço.

Fonte: SICREDI, *Guia de Operações – Sistema de Classificação de Risco*. 2000.

Para empresas que não emitem balanços deve-se utilizar a seguinte fórmula:

$$\text{Retorno sobre o PL} = \frac{\text{resultado final}}{\text{capital e investimentos na empresa, realizados pelos sócios}}$$

Quadro 12 – Análise de Retorno do PL – sem balanço.

Fonte: SICREDI, *Guia de Operações – Sistema de Classificação de Risco*. 2000.

d) Fluxo de Caixa

A análise do fluxo de caixa da empresa deve indicar sua capacidade de arcar com os custos das operações tomadas, mantendo sua capacidade produtiva.

PONTUAÇÃO	CONDIÇÕES
1	fluxo de caixa positivo em todos os meses enquanto vigorar a operação
5	ocorrência de fluxos de caixas negativos, compensados em meses posteriores, sem comprometer a liquidez da operação
9	fluxo de caixa negativo, sem compensação

Quadro 13 – Análise de Fluxo de Caixa.

Fonte: SICREDI, *Guia de Operações – Sistema de Classificação de Risco*. 2000.

e) Qualidade da Administração

A qualidade da administração e seu grau de competência e adaptabilidade são fatores de extrema importância para a integridade financeira da empresa.

PONTUAÇÃO	CONDIÇÕES
1	administração altamente profissionalizada e/ou experiente
5	administração de qualidade regular
9	nenhuma das opções acima ou empresa apresentando problemas de ordem sucessória ou em processo falimentar ou concordatário

Quadro 14 – Análise da Administração.

Fonte: SICREDI, *Guia de Operações – Sistema de Classificação de Risco*. 2000.

Conforme se observa no quadro acima, as classificações expostas podem conter alto nível de subjetividade.

f) Pontualidade

Pondera o histórico da empresa.

PONTUAÇÃO	CONDIÇÕES
1	não apresentou atrasos em operações contratadas
2	registra atraso de até 10 dias
4	Registro de atraso acima de 10 e até 20 dias
6	Registro de atraso acima de 20 e até 30 dias
7	Registro de atraso acima de 30 e até 60 dias
9	registro de atraso acima de 60 dias

Quadro 15 – Análise do Histórico de Pagamento.

Fonte: SICREDI, *Guia de Operações – Sistema de Classificação de Risco*. 2000.

g) Contingências

Avalia a capacidade da empresa em enfrentar situações contingenciais de risco.

PONTUAÇÃO	CONDIÇÕES
1	empresa com alto grau de organização, apta a enfrentar oscilações de mercado
5	empresa apresenta pontos fracos, podendo ser afetada pelo comportamento de mercado
9	empresa com problemas organizacionais, com alta exposição ao comportamento de mercado

Quadro 16 – Análise da Situação de Contingência.

Fonte: SICREDI, *Guia de Operações – Sistema de Classificação de Risco*. 2000.

h) Setor de Atividade Econômica – Mercado

O risco setorial é ponderado para a apuração do risco tomador, conforme quadro.

O Comitê de Crédito informará periodicamente o grau de risco de cada mercado em que a empresa.

PONTUAÇÃO	CONDIÇÕES
1	mercados alvo do SICREDI, considerados como de baixo risco
3	mercados com risco moderado
5	mercados com risco significativo
9	mercados de alto risco

Quadro 17 – Análise da Atividade Econômica.

Fonte: SICREDI, *Guia de Operações – Sistema de Classificação de Risco*. 2000.

i) Limite de Crédito

O limite de crédito deve guardar proporcionalidade ao porte da empresa, sendo ponderado o risco dos valores em relação ao porte da empresa:

PONTUAÇÃO	RELAÇÃO ENTRE O VALOR DE COMPROMETIMENTO DA EMPRESA EM RELAÇÃO AOS ITENS ABORDADOS	
	CONDIÇÕES PARA EMPRESAS COM FATURAMENTO MÉDIO MENSAL SUPERIOR A R\$ 600.000,00	CONDIÇÕES PARA EMPRESAS COM FATURAMENTO MÉDIO MENSAL ATÉ R\$ 600.000,00

PONTUAÇÃO	RELAÇÃO ENTRE O VALOR DE COMPROMETIMENTO DA EMPRESA EM RELAÇÃO AOS ITENS ABORDADOS	
	CONDIÇÕES PARA EMPRESAS COM FATURAMENTO MÉDIO MENSAL SUPERIOR A R\$ 600.000,00	CONDIÇÕES PARA EMPRESAS COM FATURAMENTO MÉDIO MENSAL ATÉ R\$ 600.000,00
1	<ul style="list-style-type: none"> até 8% do PL da empresa e; até 5% do faturamento anual da empresa. 	<ul style="list-style-type: none"> até 20% do PL da empresa e; até 10% do faturamento anual da empresa.
2	<ul style="list-style-type: none"> acima de 8% e até 10% do PL da empresa e; acima de 5% e até 8% do faturamento anual da empresa. 	
3	<ul style="list-style-type: none"> acima de 10% e até 20% do PL da empresa e; acima de 8% e até 20% do faturamento anual da empresa. 	<ul style="list-style-type: none"> acima de 20% e até 30% do PL da empresa e; acima de 10% e até 20% do faturamento anual da empresa
5	<ul style="list-style-type: none"> acima de 20% e até 30% do PL da empresa e; acima de 20% e até 30% do faturamento anual da empresa. 	<ul style="list-style-type: none"> acima de 30% e até 45% do PL da empresa e; acima de 20% e até 30% do faturamento anual da empresa.
7	<ul style="list-style-type: none"> acima de 30% e até 40% do PL da empresa e; acima de 30% e até 40% do faturamento anual da empresa. 	<ul style="list-style-type: none"> acima de 45% e até 60% do PL da empresa e; acima de 30% e até 40% do faturamento anual da empresa.
9	<ul style="list-style-type: none"> acima de 40% do PL da empresa e; acima de 40% do faturamento anual da empresa. 	<ul style="list-style-type: none"> acima de 60% do PL da empresa e; acima de 40% do faturamento anual da empresa.

Quadro 18 – Análise da Proporcionalidade do Limite de Crédito.

Fonte: SICREDI, *Guia de Operações – Sistema de Classificação de Risco*. 2000.

3.8.2. Critérios de Avaliação e Apuração da Pessoa Física

As pessoas físicas são avaliadas com base nas seguintes aspectos:

a) Informações excludentes;	e) Pontualidade de pagamentos;
b) Situação sócio-econômico-financeira;	f) Setor de atuação;
c) Nível de endividamento;	g) Patrimônio;
d) Renda e despesas;	h) Registro de pendências.

Quadro 19 – Critérios de Apuração de Resultado – Pessoal Física.

Fonte: SICREDI, *Guia de Operações – Sistema de Classificação de Risco*. 2000.

a) Informações Excludentes

A ocorrência de restrições junto a SERASA ou ao SPC causa rebaixamento do grau de risco do associado/cliente para risco "H".

b) Situação Econômico-Financeira

Dada a complexidade da análise da situação econômico-financeira, este item foi subdividido em:

- Idade

Classifica o grau de risco relativo a idade do associado/cliente.

PONTUAÇÃO	CONDIÇÕES
9	até 20 anos sem emancipação
4	até 20 anos com emancipação
3	entre 21 e 30 anos
1	acima de 30 e até 55 anos
2	acima de 55 e até 60 anos
4	acima de 60 e até 65 anos
7	acima de 65 e até 70 anos
9	acima de 70 anos

Quadro 20 – Análise da Idade.

Fonte: SICREDI, *Guia de Operações – Sistema de Classificação de Risco*. 2000.

- Estado Civil

Classifica o grau de risco relativo ao estado civil do associado/cliente.

PONTUAÇÃO	CONDIÇÕES
1	Casado
4	divorciado – separado – solteiro
3	viúvo

Quadro 21 – Análise do Estado Civil.

Fonte: SICREDI, *Guia de Operações – Sistema de Classificação de Risco*. 2000.

- Número de Dependentes

Classifica o grau de risco relativo ao número de dependentes.

PONTUAÇÃO	CONDIÇÕES
4	nenhum
1	1 ou 2
5	3 ou 4
7	acima de 4

Quadro 22 – Análise de Dependentes.

Fonte: SICREDI, *Guia de Operações – Sistema de Classificação de Risco*. 2000.

- Tipo de Residência

Classifica o grau de risco relativo ao tipo de residência do associado/cliente.

PONTUAÇÃO	CONDIÇÕES
1	própria
2	própria com financiamento (financiamento compromete até 10% da receita bruta mensal do associado/cliente)
4	alugada (comprometimento até 10% da receita bruta mensal do associado/cliente)
5	outras situações não descritas anteriormente

Quadro 23 – Análise de Residencial.

Fonte: SICREDI, *Guia de Operações – Sistema de Classificação de Risco*. 2000.

O resultado final é obtido através da seguinte fórmula:

$\text{resultado final} = \frac{\text{somatório dos resultados parciais}}{\text{Somatório dos pesos}}$
--

Quadro 24 – Totalização das Ponderações.

Fonte: SICREDI, *Guia de Operações – Sistema de Classificação de Risco*. 2000.

Grau de Risco Sugerido

Permite que seja ponderada a avaliação subjetiva do associado/cliente.

PONTUAÇÃO	CONDIÇÕES
1	plenamente satisfatório – altamente recomendável
2	satisfatório
3	Satisfatório com ressalvas
4	razoável
5	razoável fraco
6	fraco
7	extremamente fraco
8	insatisfatório
9	inaceitável

Quadro 25 – Classificação e Pontuação – Pessoa Física.

Fonte: SICREDI, *Guia de Operações – Sistema de Classificação de Risco*. 2000.

c) Endividamento

A análise do endividamento busca ponderar o grau de comprometimento do associado/cliente com o pagamento mensal de dívidas.

PONTUAÇÃO	CONDIÇÕES
1	associado/cliente sem dívidas financeiras
2	dívidas financeiras comprometem até 10% da renda mensal bruta do associado/cliente
3	dívidas financeiras comprometem até 25% da renda mensal bruta do associado/cliente
5	dívidas financeiras comprometem até 30% da renda mensal bruta do associado/cliente
7	dívidas financeiras comprometem até 50% da renda mensal bruta do associado/cliente
9	dívidas financeiras comprometem mais de 50% da renda mensal bruta do associado/cliente

Quadro 26 – Análise de Endividamento.

Fonte: SICREDI, *Guia de Operações – Sistema de Classificação de Risco*. 2000.

d) Rendas e Despesas

O comprometimento da renda é um importante fator para a análise de risco.

PONTUAÇÃO	CONDIÇÕES
1	gastos com pagamento de dívidas e despesas gerais não ultrapassam 20% da renda mensal bruta
3	gastos com pagamento de dívidas e despesas gerais não ultrapassam 40% da renda mensal bruta
5	gastos com pagamento de dívidas e despesas gerais não ultrapassam 70% da renda mensal bruta
7	gastos com pagamento de dívidas e despesas gerais não ultrapassam 80% da renda mensal bruta
9	gastos com pagamento de dívidas e despesas gerais comprometem mais de 80% da renda mensal bruta

Quadro 27 – Análise de Rendas e Despesas.

Fonte: SICREDI, *Guia de Operações – Sistema de Classificação de Risco*. 2000.

e) Pontualidade de Pagamentos

Analisa o comportamento do associado/cliente em suas operações.

PONTUAÇÃO	CONDIÇÕES
1	não há registro de atrasos
2	registro de atrasos de até 10 dias
3	registro de atrasos superior a 10 dias e até 20 dias
5	registro de atrasos superior a 20 dias e até 30 dias
7	registro de atraso superior a 30 dias e até 60 dias
9	registro de atraso superior a 60 dias

Quadro 28 – Análise de Pontualidade de Pagamento.

Fonte: SICREDI, *Guia de Operações – Sistema de Classificação de Risco*. 2000.

f) Setor de Atuação

- Tipo de Atividade

A atividade exercida pelo proponente tem grande importância sobre o grau de risco futuro do mesmo, em função do comportamento de cada mercado, havendo mercados tradicionalmente mais arriscados e mercados mais estáveis.

Dessa forma é necessário ponderar o grau de risco de vários tipos de atividades:

ATIVIDADE	PONTUAÇÃO	ATIVIDADE	PONTUAÇÃO
administrador	2	fisioterapeuta	3
advogado	4	fonoaudiólogo	2
Agenciador de propaganda	6	garimpeiro	7
Agente de viagens	5	geógrafo	2
agrônomo	3	jornalista	7
ajudantes gerais	6	juiz de direito	5
alfaiate/costureira	4	leiloeiro	3
Analista de custos	3	Mecânico de automóveis	4
Analista de sistemas	3	médico	2
Aposentado	2	membros do governo/legislativo	4
Arquiteto	2	microempresário	5
Artista	6	militar	4
assistente social	4	motorista	4
Atuários	2	motorista de táxi	3
Autônomo	3	Office boy	6
Auxiliar de escritório	6	operador de computador	4
auxiliar de laboratório	3	outros	6
Bancário	5	pedreiro	6
Bibliotecário	3	produtor rural pecuarista	3
Biólogo	3	porteiro	5
Bolsista	7	Produtor rural agrícola	3
Cabeleireiro	5	professor de 1º e/ou 2º grau	6
Capitalista	5	professor universitário	4
cientistas de qualquer área	3	programador de computador	5
cobrador de ônibus	5	psicólogo	4
Comandante de aeronaves	2	publicitário	4
Comandante de embarcações	2	químico	2
Comerciário	4	relações públicas	3
Comissário de bordo	3	religioso	2
comunicador	7	secretária	5
consultor de empresas	4	securitário	3
Contador	3	serviços funerários	2
corretor de imóveis	4	servidor público	4
Decorador	2	soldado da PM/Corpo Bombeiro	6
Dentista	2	Técnico nível médio	4
Desenhista	2	trabalhador rural	3
despachante	5	vendedor autônomo	5
Desportista	7	veterinário	3
Diplomata	4		
Diretor de empresa	2		
dona de casa	7		
Economista	3		
Eletricista	4		
Empresário	4		
Enfermeiro	4		
Engenheiro	3		
farmacêutico	3		
ferramenteiro	3		
Fiscal de tributos	4		

Quadro 29 – Análise do Tipo de Atividade.

Fonte: SICREDI, *Guia de Operações – Sistema de Classificação de Risco*. 2000.

- Tempo na Atividade

A tradição do proponente na atividade é um importante fator para a análise de crédito. Quanto menor a experiência do proponente, maiores serão as chances desse enfrentar problemas de origem profissional.

Para profissionais liberais e trabalhadores que não mantêm vínculo empregatício com empresas, o tempo a ser considerado é aquele correspondente à atuação do profissional naquela determinada atividade.

PONTUAÇÃO	CONDIÇÕES
7	até 1 ano de experiência
5	acima de 1 ano e até 2 anos de experiência
4	acima de 2 anos e até 5 anos de experiência
3	acima de 5 anos e até 10 anos de experiência
1	acima de 10 anos de experiência

Quadro 30 – Análise do Tempo de Atividade.

Fonte: SICREDI, *Guia de Operações – Sistema de Classificação de Risco*. 2000.

Apura-se o resultado final do setor/atividade calculando a média dos resultados das duas variáveis acima.

g) Patrimônio

A constituição de um patrimônio consistente indica capacidade na administração de recursos, permitindo avaliar o perfil do associado/cliente prospectado.

Associados/clientes que não possuem patrimônio consistente representam pouca capacidade de poupança, menores níveis de garantia e, por consequência, maiores riscos de crédito.

Informações relativas ao patrimônio do proponente devem ser devidamente comprovadas através da declaração do Imposto de Renda ou de documentos com validade pública.

PONTUAÇÃO	CONDIÇÕES
1	patrimônio livre de ônus com valor igual ou superior a 15 (quinze) vezes a renda mensal bruta do proponente
2	patrimônio livre de ônus com valor igual ou superior a 10 (dez) vezes a renda mensal bruta do proponente
5	patrimônio livre de ônus com valor igual ou superior a 5 (cinco) vezes a renda mensal bruta do proponente
7	patrimônio livre de ônus com valor igual ou superior a 2 (duas) vezes a renda mensal bruta do proponente
9	patrimônio livre de ônus com valor inferior a 2 (duas) vezes a renda mensal bruta do proponente

Quadro 31 – Análise Patrimonial.

Fonte: SICREDI, *Guia de Operações – Sistema de Classificação de Risco*. 2000.

3.8.3. Resultado da Avaliação da Pessoa Física

O resultado final da classificação de pessoas físicas é adquirido tabulando-se os dados obtidos na planilha exposta abaixo:

ITEM AVALIADO	PONTUAÇÃO OBTIDA	PESO DO ITEM
SITUAÇÃO SÓCIO-ECONOMICO FINANCEIRA		
GRAU DE RISCO SUGERIDO		
ENDIVIDAMENTO		
RENDAS E DESPESAS		
PONTUALIDADE		
SETOR / ATIVIDADE		
PATRIMÔNIO		

Quadro 32 – Critérios de Apuração de Resultado – Pessoal Física.

Fonte: SICREDI, *Guia de Operações – Sistema de Classificação de Risco*. 2000.

O resultado é obtido através da seguinte análise:

MÉDIA ENCONTRADA	CLASSIFICAÇÃO
até 1	AA
acima de 1 e até 2	A
acima de 2 e até 3	B
acima de 3 e até 4	C
acima de 4 e até 5	D
acima de 5 e até 6	E
acima de 6 e até 7	F
acima de 7 e até 8	G
acima de 8 e até 9	H

Quadro 33 – Classificação da Apuração.

Fonte: SICREDI, *Guia de Operações – Sistema de Classificação de Risco*. 2000.

Os pesos serão definidos periodicamente pelo Comitê de Crédito.

O resultado final é adquirido calculando a média ponderada do associado/cliente, relacionando a pontuação obtida em cada item pelo seu peso relativo na avaliação.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho objetivou a realização de estudo, das medidas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil que regulamentam o risco de crédito, a fim de avaliar a eficácia da norma na prevenção do risco em operações de crédito.

O nível de perda em operações de crédito é o resultado da soma das perdas esperadas de uma carteira, cujo montante consiste na provisão, e das perdas inesperadas, cujo saldo deve ser coberto com capital próprio dos acionistas. Para se calcular esses montantes a instituição financeira nacional usa a base de dados referente ao produto crédito direto ao consumidor, na modalidade empréstimo pessoal. Para este estudo foram levantados os procedimentos descritos nas resoluções 2.682/99 e 2.099/94 do Banco Central do Brasil e os procedimentos pertinentes a um modelo de avaliação de risco de crédito em uso no mercado atualmente, por uma instituição participante do sistema financeiro nacional.

A resolução 2.099/94 do Banco Central do Brasil embasa os cálculos de risco sobre o capital regulamentar que corresponde ao valor que deve ser reservado no patrimônio líquido, a fim de minimamente se contrapor aos riscos inesperados.

Estes processos de avaliação determinam o grau de risco de cada indivíduo através de suas características pessoais e das características da operação e permitem discriminar os bons e maus clientes dentro de uma carteira. Estes fatores resultaram do processo de iteração de cada operação realizada e devem ser utilizados isoladamente para definir, bons e maus créditos.

A partir das pontuações obtidas por cada cliente foram criadas as classes de acordo com o grau de risco de cada indivíduo. Cabe lembrar que o risco do cliente é consignado o risco da sua pior operação, arrastando o restante da carteira.

Através deste trabalho é possível extrair as seguintes conclusões que são pertinentes ao estudo:

- a) As operações de crédito, que não obedecem a determinadas normas, tem maior propensão à inadimplência, assim, a mensuração do risco de crédito é majorado o que reduz o resultado econômico. A partir dos normativos mencionados neste trabalho o Banco Central do Brasil penaliza as instituições financeiras. As medidas geram provisionamento na alocação dos recursos, reduzindo os lucros e restringindo a aplicação mais lucrativa dos recursos.
- b) A divisão do risco de crédito em 9 classes – indo AA até H – representa um avanço em relação ao método anterior (resolução 1.748/90). Observa-se que o atendimento aos 9 níveis de risco pré-estabelecidos levam ao melhor gerenciamento da carteira de crédito.

Este estudo revelou um risco “subjetivo”, não percebido pelos gestores de recursos, o qual somente é percebido pelas avaliações individuais. Podendo-se dizer que existem riscos inerentes das operações de crédito, que vão além da própria operação em ser.

Este fato por si só, caracteriza a relevância desta pesquisa, pois relaciona as características individuais do cliente com a operação de crédito, determinando a qualidade das carteiras de crédito detidas pelas instituições financeiras.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Manual de Normas das Instituições do Sistema Financeiro Nacional** – MNI. Brasília: 2000.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Os Princípios Essenciais da Basiléia - Legislação do Sistema Financeiro Nacional** - Lei 4.595. Brasília: 1964. Comitê de Supervisão Bancária da Basiléia. Brasília, revisada em Setembro/1997.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Resolução 1.748/90**. Brasília: 30.08.1990.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Resolução 2.099/94**. Brasília: 31.08.1994.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Resolução 2.682/99**. Brasília: 31.12.1999.

BASLE COMMITTEE ON BANKING SUPERVISION. **Credit Risk Modelling**: Switzerland: abril, 1999.

BERNI, M. **Operação e Concessão de Crédito: os parâmetros para a decisão de crédito**. São Paulo: Atlas, 1999.

BLATT, A. **Avaliação de Risco e Decisão de Crédito: um enfoque prático**. São Paulo: Nobel, 1999.

FIPECAFI, Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras, USP. **Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações**. 4. Ed. São Paulo; Atlas, 1995.

FORTUNA, Eduardo. **Mercado Financeiro – Produtos e Serviços**. 11 Ed. Rio de Janeiro; Qualitymark, 1998.

JORION, P., **A nova fonte de referência para o controle do risco de mercado**. São Paulo: BOLSA DE MERCADORIA E FUTUROS. 1999.

MARQUES, Luiz fernando Bicca, **Gerenciamento de Risco de Credito**. Curitiba: Universidade federal do Rio Grande do Sul, 2002.

MEYER, L.. Publicado no BIS/REVIEWS em 09.06.2000 In www.bis.org. Revisto maio/2003.

NIYAMA, Jorge Katsumi; GOMES, Amaro L. Oliveira. **Contabilidade de Instituições Financeiras**. 1 Ed. São Paulo; Atlas, 2000.

ORTOLANI, Edna Mendes. **Operações de Crédito no Mercado Financeiro**. 1 Ed. São Paulo; Atlas, 2000.

PAIVA, C. **Administração do Risco de Crédito**. Rio de Janeiro: Qualitymark , 1997.

PANDELO, D. **Gerenciamento do Risco de Crédito**. Rio de Janeiro: BANCO CENTRAL DO BRASIL, 1998.

PRADO, R. ; BASTOS, N. ; DUARTE JUNIOR, A. **Gerenciamento de Riscos de Crédito em Bancos de Varejo no Brasil**. 2000.

SANTOS, J. **Análise de Crédito: empresas e pessoas físicas**. São Paulo: Atlas, 2000.

SICREDI, Sistema de Crédito Cooperativo. **Análise de Crédito**. 1998.

SICREDI, Sistema de Crédito Cooperativo. **Guia de Operações – Sistema de Classificação de Risco**. 2000.

SILVA, Jose Pereira. **Gestão e Analise de Risco de Credito**. São Paulo: Atlas, 2000.

ANEXOS

ANEXO 01
Resolução 1.748/90 do Banco Central do Brasil - BACEN

ALTERA E CONSOLIDA CRITÉRIOS PARA INSCRIÇÃO DE VALORES NAS CONTAS DE CRÉDITOS EM LIQUIDAÇÃO E PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA.

O BANCO CENTRAL DO BRASIL, NA FORMA DO ART. 9º DA LEI Nº 4.595, DE 31.12.64, TORNA PÚBLICO QUE O CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL, EM SESSÃO REALIZADA EM 29.08.90, COM BASE NAS DISPOSIÇÕES DO ART. 4º, INCISOS VI, XI E XII, DA CITADA LEI,

R E S O L V E U:

ART. 1º. DETERMINAR QUE OS BANCOS MÚLTIPLOS, BANCOS COMERCIAIS, BANCOS DE DESENVOLVIMENTO, BANCOS DE INVESTIMENTO, SOCIEDADES DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO, SOCIEDADES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL, SOCIEDADES CORRETORAS E SOCIEDADES DISTRIBUIDORAS DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, SOCIEDADES DE CRÉDITO IMOBILIÁRIO, CAIXAS ECONÔMICAS, ASSOCIAÇÕES DE POUPANÇA E EMPRÉSTIMO E CO-OPERATIVAS DE CRÉDITO TRANSFERIRAM PARA AS CONTAS DE CRÉDITOS EM LIQUIDAÇÃO OS SEGUINTE CRÉDITOS CONSIDERADOS DE DIFÍCIL LIQUIDAÇÃO:

I - ADIANTAMENTOS A DEPOSITANTES, APÓS DECORRIDOS 60 (SESSENTA) DIAS DA DATA DA OCORRÊNCIA;

II - ADIANTAMENTOS SOBRE CONTRATOS DE CÂMBIO, APÓS DECORRIDOS 20 (VINTE) DIAS DO PRAZO PREVISTO PARA ENTREGA DE DOCUMENTOS OU APÓS DECORRIDOS 30 (TRINTA) DIAS DO PRAZO PREVISTO PARA LIQUIDAÇÃO DO CONTRATO DE CÂMBIO RESPECTIVO;

III - DECORRENTES DE OPERAÇÕES DE CÂMBIO DE IMPORTAÇÃO, LIQUIDADAS A DÉBITO DAS CONTAS "DEVEDORES DIVERSOS - PAÍS" OU "DEVEDORES POR CRÉDITOS LIQUIDADOS NO EXTERIOR", NA FORMA DA REGULAMENTAÇÃO VIGENTE, CASO O PAGAMENTO NÃO SE EFETIVE ATÉ 90 (NOVENTA) DIAS CONTADOS DO RESPECTIVO LANÇAMENTO;

IV - TITULADOS POR EMPRESAS IMPORTADORAS QUE, NA DATA PACTUADA PARA A LIQUIDAÇÃO DA OPERAÇÃO DE CÂMBIO, NÃO CONTEM COM FUNDOS SUFICIENTES PARA O ACOLHIMENTO DO DÉBITO EM CONTA CORRENTE, QUANDO NÃO UTILIZADA A SISTEMÁTICA REFERIDA NO ITEM ANTERIOR;

V - SALDOS DEVEDORES DE CONTAS CORRENTES DE CLIENTES, RESULTANTES DE NEGOCIAÇÃO E INTERMEDIÇÃO DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, NÃO LIQUIDADOS NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS DA OCORRÊNCIA, SEM GARANTIAS;

VI - FINANCIAMENTOS DE VALORES MOBILIÁRIOS, NÃO LIQUIDADOS NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS DO VENCIMENTO, CUJAS GARANTIAS, A JUÍZO DAS INSTITUIÇÕES, SEJAM CONSIDERADAS INSUFICIENTES À COBERTURA DO SALDO DEVEDOR ATUALIZADO;

VII - TITULADOS POR EMPRESAS SOB REGIME FALIMENTAR OU EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL, COM OU SEM GARANTIAS;

VIII - OUTROS CRÉDITOS, OBSERVANDO-SE AS SEGUINTE CONDIÇÕES:

A - VENCIDOS, HÁ MAIS DE 60 (SESSENTA) DIAS, SEM GARANTIAS;

B - VENCIDOS, HÁ MAIS DE 180 (CENTO E OITENTA) DIAS, COM GARANTIAS QUE, A JUÍZO DAS INSTITUIÇÕES OU A CRITÉRIO DO BANCO CENTRAL DO BRASIL, SEJAM CONSIDERADAS INSUFICIENTES À COBERTURA DO SALDO DEVEDOR ATUALIZADO;

C - VENCIDOS, HÁ MAIS DE 360 (TREZENTOS E SESSENTA) DIAS, COM GARANTIAS QUE, A JUÍZO DAS INSTITUIÇÕES, SEJAM CONSIDERADAS SUFICIENTES À COBERTURA DO SALDO DEVEDOR ATUALIZADO;

D - EM FAVOR DOS QUAIS TENHA SIDO EFETIVADA MEDIDA JUDICIAL, VISANDO PROTESTO OU OUTRA SEMELHANTE, EXCETUANDO-SE AS OPERAÇÕES PARCIAL OU TOTALMENTE AMPARADAS POR GARANTIAS, AS QUAIS OBSERVARÃO O CONTIDO NAS ALÍNEAS "B" E "C" ANTERIORES;

IX - OUTROS CRÉDITOS DE DIFÍCIL LIQUIDAÇÃO, QUE POSSAM SER EFETIVAMENTE COMPROVADOS PELAS INSTITUIÇÕES PERANTE O BANCO CENTRAL DO BRASIL OU A CRITÉRIO DESTES.

ART. 2º. OS CRÉDITOS REFERIDOS NAS ALÍNEAS "B" E "C" DO ITEM VIII DO ARTIGO ANTERIOR PODERÃO, A CRITÉRIO DAS INSTITUIÇÕES OU DO BANCO CENTRAL DO BRASIL, SER TRANSFERIDOS PARA AS CONTAS DE CRÉDITOS EM LIQUIDAÇÃO, ANTES DOS PRAZOS ALI ESTABELECIDOS, DESDE QUE VENCIDOS HÁ MAIS DE 60 (SESSENTA) DIAS.

PARÁGRAFO ÚNICO. O BANCO CENTRAL DO BRASIL PODERÁ SOLICITAR DAS INSTITUIÇÕES, SE FOR O CASO, PARA AS OPERAÇÕES TRANSFERIDAS NA FORMA DESTES ARTIGO, JUSTIFICATIVAS QUE COMPROVEM A CONDIÇÃO DE CRÉDITOS DE DIFÍCIL LIQUIDAÇÃO.

ART. 3º. A TRANSFERÊNCIA PARA AS CONTAS DE CRÉDITOS EM LIQUIDAÇÃO DEVERÁ SER FEITA PELA TOTALIDADE DA OPERAÇÃO, INCLUSIVE PARCELAS VINCENDAS, ABRANGENDO TODAS AS OBRIGAÇÕES DO MESMO DEVEDOR, FACULTANDO-SE A MANUTENÇÃO, EM CONTAS DE ORIGEM, DE OUTRAS OPERAÇÕES VINCENDAS, AMPARADAS POR GARANTIAS SUFICIENTES À COBERTURA DOS RESPECTIVOS SALDOS DEVEDORES ATUALIZADOS.

MEDIDAS JUDICIAIS VISANDO PENHORA, PROTESTO OU OUTRA SEMELHANTE PARA AS OPERAÇÕES OU PARCELAS VENCIDAS, DE RESPONSABILIDADE DO SETOR PRIVADO, NO PRAZO MÁXIMO DE 180 (CENTO E OITENTA) DIAS DOS RESPECTIVOS VENCIMENTOS, INDEPENDENTEMENTE DE CONTAREM OU NÃO COM GARANTIAS, À EXCEÇÃO DE:

I - ADIANTAMENTOS A DEPOSITANTES E ADIANTAMENTOS SOBRE CONTRATOS DE CÂMBIO, BEM COMO CRÉDITOS DECORRENTES DAS OPERAÇÕES INDICADAS NOS ITENS III E IV DO ART. 1º DESTA RESOLUÇÃO, CUJO PRAZO MÁXIMO SERÁ DE 30 (TRINTA) DIAS, A CONTAR DA DATA DA INSCRIÇÃO EM CONTAS DE CRÉDITOS EM LIQUIDAÇÃO;

II - CRÉDITOS CUJOS SALDOS DEVEDORES ATUALIZADOS NÃO ULTRAPASSEM O MONTANTE CORRESPONDENTE A 2.000 (DOIS MIL) BÔNUS DO TESOIRO NACIONAL.

ART. 5º. RESPEITADAS AS CONDIÇÕES DE TRANSFERÊNCIA PARA AS CONTAS DE CRÉDITOS EM LIQUIDAÇÃO, AS OPERAÇÕES E/OU PARCELAS VENCIDAS HA MAIS DE 60 (SESSENTA) DIAS DEVERÃO SER RECLASSIFICADAS, PELO VALOR ATUALIZADO, PARA TÍTULO CONTÁBIL ADEQUADO, REPRESENTATIVO DE CRÉDITOS EM ATRASO, PELA TOTALIDADE DA OPERAÇÃO, SEGREGANDO-SE AS DE RESPONSABILIDADE DO SETOR PRIVADO E DO SETOR PÚBLICO.

PARÁGRAFO ÚNICO. A TRANSFERÊNCIA DE OPERAÇÕES PARA CONTAS DE CRÉDITOS EM ATRASO OU CRÉDITOS EM LIQUIDAÇÃO DEVERÁ SER EFETUADA NO TRANSCORRER DO SEMESTRE, TÃO LOGO OS CRÉDITOS REÚNAM CONDIÇÕES PARA TAL E NÃO APENAS POR OCASIÃO DOS BALANÇOS SEMESTRAIS.

ART. 6º. A PARTIR DE 02.01.91, A APROPRIAÇÃO DOS ENCARGOS SOBRE OPERAÇÕES REGISTRADAS EM CONTAS EM ATRASO OBSERVARÁ AS SEGUINTE CONDIÇÕES:

I - DURANTE O PERÍODO DE 120 (CENTO E VINTE) DIAS, CONTADOS DA DATA DA TRANSFERÊNCIA, O REGISTRO DOS ENCARGOS EM CONTAS DE RENDAS EFETIVAS, INCLUSIVE NAS OPERAÇÕES PREFIXADAS COM RENDAS AINDA NÃO APROPRIADAS INTEGRALMENTE, FICARÁ LIMITADO AO MESMO ÍNDICE UTILIZADO NO PERÍODO PARA CORREÇÃO MONETÁRIA PATRIMONIAL, LANÇANDO-SE O DIFERENCIAL, SE HOUVER, EM CONTAS DE RENDAS A APROPRIAR;

II - APÓS O TÉRMINO DAQUELE PERÍODO, O REGISTRO DOS ENCARGOS FAR-SE-Á EM CONTRAPARTIDA COM CONTAS DE RENDAS A APROPRIAR, INCLUSIVE QUANDO REGISTRADAS EM CONTAS DE CRÉDITOS EM LIQUIDAÇÃO;

III - AS RENDAS A APROPRIAR, PREVISTAS NOS ITENS I E II ANTERIORES, SOMENTE PODERÃO SER RECONHECIDAS COMO RECEITA EFETIVA QUANDO DO SEU RECEBIMENTO.

ART. 7º. TRATANDO-SE DE CRÉDITOS DECORRENTES DE FINANCIAMENTOS HABITACIONAIS OU DE REPASSES DE AGÊNCIAS DE DESENVOLVIMENTO, COM PRAZO SUPERIOR A 36 (TRINTA E SEIS) MESES, ADMITE-SE A RECLASSIFICAÇÃO, PARA CRÉDITOS EM ATRASO, APENAS DAS PARCELAS VENCIDAS.

PARÁGRAFO ÚNICO. CONSIDERAM-SE REPASSES DE AGÊNCIAS DE DESENVOLVIMENTO AS OPERAÇÕES REALIZADAS NA QUALIDADE DE AGENTE FINANCEIRO REPASSADOR DE RECURSOS DE INSTITUIÇÕES E ÓRGÃOS OFICIAIS E FUNDOS FINANCEIROS E DE DESENVOLVIMENTO, COM DESTINAÇÃO ESPECÍFICA.

ART. 8º. AS INSTITUIÇÕES QUE, A PARTIR DE 02.01.91, RENOVAREM OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE DIFÍCIL OU DUVIDOSA LIQUIDAÇÃO, POR COMPOSIÇÃO DE DÍVIDA, COM A INCORPORAÇÃO DOS RESPECTIVOS ENCARGOS, DEVERÃO:

I - REGISTRAR, EM RENDAS A APROPRIAR, OS ENCARGOS INCORPORADOS NO ATO DA RENOVAÇÃO OU RENEGOCIAÇÃO E OS QUE FOREM REGISTRADOS NA FORMA DO ART. 6º DESTA RESOLUÇÃO, QUE SOMENTE PODERÃO SER RECONHECIDOS COMO RENDAS EFETIVAS POR OCASIÃO DOS RESPECTIVOS RECEBIMENTOS;

II - A PARTIR DA CELEBRAÇÃO DO CONTRATO DE COMPOSIÇÃO DE DÍVIDA, AS RENDAS DEVERÃO SER APROPRIADAS EM RECEITAS EFETIVAS, OBSERVADA A PERIODICIDADE MENSAL;

PARÁGRAFO 1º. RELATIVAMENTE AOS CRÉDITOS BAIXADOS COMO PREJUÍZO, AS INSTITUIÇÕES DEVERÃO REGISTRAR O PRINCIPAL ATUALIZADO, DESDE A DATA DA BAIXA, EM CONTAS DE RECEITA EFETIVA, E OS RESPECTIVOS ENCARGOS, OBJETO DA COMPOSIÇÃO DE DÍVIDA, EM RENDAS A APROPRIAR, QUE SERÃO RECONHECIDOS COMO RECEITA EFETIVA, QUANDO DOS RESPECTIVOS RECEBIMENTOS;

PARÁGRAFO 2º. A PARTIR DA CELEBRAÇÃO DO CONTRATO MENCIONADO NO PARÁGRAFO ANTERIOR, AS RENDAS DEVERÃO SER APROPRIADAS EM RECEITAS EFETIVAS, OBSERVADA A PERIODICIDADE MENSAL.

ART. 9º. EM CADA BALANCETE MENSAL OU BALANÇO SEMESTRAL, A PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA NÃO PODERÁ SER INFERIOR AO SOMATÓRIO DECORRENTE DA APLICAÇÃO DOS PERCENTUAIS A SEGUIR MENCIONADOS, INCIDENTES SOBRE O VALOR DOS CRÉDITOS ATUALIZADOS SEGUNDO AS NORMAS CONTÁBEIS EM VIGOR, SEM PREJUÍZO DA RESPONSABILIDADE DOS ADMINISTRADORES DAS INSTITUIÇÕES PELA CONSTITUIÇÃO DE PROVISÃO EM MONTANTES SUFICIENTES PARA FAZER FACE A PERDAS PROVÁVEIS NA REALIZAÇÃO DOS CRÉDITOS:

I - 20% (VINTE POR CENTO) SOBRE AS OPERAÇÕES AMPARADAS POR GARANTIAS QUE, A JUÍZO DAS INSTITUIÇÕES, SEJAM CONSIDERADAS SUFICIENTES À COBERTURA DO SALDO DEVEDOR ATUALIZADO DEPENDENDO

II - 50% (CINQUENTA POR CENTO) SOBRE AS OPERAÇÕES AMPARADAS POR GARANTIAS QUE, A JUÍZO DAS INSTITUIÇÕES OU A CRITÉRIO DO BANCO CENTRAL DO BRASIL, NÃO SEJAM CONSIDERADAS SUFICIENTES À COBERTURA DO SALDO DEVEDOR ATUALIZADO, REGISTRADAS EM CONTAS EM ATRASO;

III - 100% (CEM POR CENTO) DOS CRÉDITOS INSCRITOS EM CONTAS DE CRÉDITOS EM LIQUIDAÇÃO.

PARÁGRAFO ÚNICO. OS CRÉDITOS A SEREM COMPUTADOS NA BASE DE CÁLCULO DA PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA SÃO OS INSCRITOS NOS SUBGRUPOS, DESDOBRAMENTOS DE SUBGRUPOS, TÍTULOS E SUBTÍTULOS INTEGRANTES DO PLANO CONTÁBIL DAS INSTITUIÇÕES DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL - COSIF, CONSTANTES DO QUADRO ANEXO A ESTA RESOLUÇÃO, CONSIDERADOS PELO SEU VALOR PRESENTE.

ART. 10. A DIFERENÇA ENTRE O MONTANTE DA PROVISÃO, APURADO SEGUNDO AS DISPOSIÇÕES DESTA RESOLUÇÃO, E O OBTIDO NA FORMA DO ART. 9º DA RESOLUÇÃO Nº 1.675, DE 21.12.89, DEVERÁ SER ELIMINADA, PODENDO, OPCIONALMENTE, SER OBSERVADOS OS SEGUINTE PERCENTUAIS MÍNIMOS E CUMULATIVOS, CABENDO À INSTITUIÇÃO MANter À DISPOSIÇÃO DO BANCO CENTRAL DO BRASIL AS RESPECTIVAS PLANILHAS DE CÁLCULO E CONTROLE:

I - 4% (QUATRO POR CENTO) EM CADA UM DOS BALANÇETES DE 30.09.90 A 30.11.90;

II - 10% (DEZ POR CENTO) NO BALANÇO DE 31.12.90;

III - 6% (SEIS POR CENTO) EM CADA UM DOS BALANÇETES DE 31.01.91 A 30.11.91;

IV - 12% (DOZE POR CENTO) NO BALANÇO DE 31.12.91.

PARÁGRAFO ÚNICO. AS INSTITUIÇÕES QUE SE UTILIZAREM DA FACULDADE PREVISTA NESTE ARTIGO DEVERÃO INSERIR NOTA EXPLICATIVA NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PUBLICADAS, ESCLARECENDO OS CRITÉRIOS ADOTADOS PARA CONSTITUIÇÃO DA PROVISÃO, INCLUSIVE FAZENDO REFERÊNCIA ÀS DIFERENÇAS A SEREM ELIMINADAS.

ART. 11. OBSERVADAS AS CONDIÇÕES ABAIXO, PODERÃO SER DEBITADOS À PROVISÃO OS CRÉDITOS:

I - VENCIDOS, QUE NÃO TENHAM CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO, APÓS DECORRIDOS, NO MÍNIMO, 180 (CENTO E OITENTA) DIAS DA DATA DE TRANSFERÊNCIA PARA AS CONTAS DE CRÉDITOS EM LIQUIDAÇÃO; OU

II - AJUIZADOS, APÓS ESGOTADOS OS MEIOS USUAIS E NORMAIS DE COBRANÇA JUDICIAL; OU

III - CUJOS SALDOS DEVEDORES ATUALIZADOS NÃO ULTRAPASSEM O MONTANTE CORRESPONDENTE A 2.000 (DOIS MIL) BÔNUS DO TESOUREIRO NACIONAL, APÓS DECORRIDOS 180 (CENTO E OITENTA) DIAS DOS RESPECTIVOS VENCIMENTOS.

ART. 12. ENTENDEM-SE COMO COBERTAS POR GARANTIAS AS OPERAÇÕES AMPARADAS POR:

I - CAUÇÃO DE DUPLICATAS VINCENDAS E ACEITAS, ASSIM CONSIDERADAS, TAMBÉM, AQUELAS REMETIDAS AOS SACADOS E QUE NÃO TENHAM SIDO OBJETO DE CONTESTAÇÃO, OU DE QUAISQUER OUTROS DIREITOS DE CRÉDITOS RESULTANTES DE VENDAS DE MERCADORIAS OU DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, DESDE QUE TAIS TÍTULOS NÃO SEJAM DE EMISSÃO OU ACEITE DE EMPRESAS LIGADAS AO FINANCIADO;

II - CAUÇÃO DE TÍTULOS DE EMISSÃO, ACEITE OU COBRIGAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS NÃO LIGADAS AO CREDOR E QUE NÃO SE ENCONTREM EM REGIME ESPECIAL (LEI Nº 6.024, DE 13.03.74), BEM COMO DE TÍTULOS ADMITIDOS NO SISTEMA ESPECIAL DE LIQUIDAÇÃO E DE CUSTÓDIA - SELIC;

III - CAUÇÃO DE AÇÕES NEGOCIADAS EM BOLSAS DE VALORES E DE DEBÊNTURES REGISTRADAS NA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS, ESTAS DE EMISSÃO DE EMPRESAS NÃO LIGADAS, DIRETA OU INDIRETAMENTE, AO CREDOR/DEVEDOR, SENDO QUE AS NOMINATIVAS DEVERÃO ESTAR REGISTRADAS NO LIVRO DE AÇÕES NOMINATIVAS E AS ESCRITURAIS NA RESPECTIVA ENTIDADE DEPOSITANTE/CUSTODIANTE;

IV - CAUÇÃO DE DOCUMENTOS REPRESENTATIVOS DE DEPÓSITOS DE MERCADORIAS DE FÁCIL VENDA NO MERCADO E NÃO PERECÍVEIS ("WARRANT"), COM JUNTADA DO RESPECTIVO CONHECIMENTO DE DEPÓSITO E LAUDO DESCRITIVO RESULTANTE DE FISCALIZAÇÃO REALIZADA HÁ MENOS DE 90 (NOVENTA) DIAS;

V - FIANÇA BANCÁRIA, NACIONAL OU ESTRANGEIRA, DESDE QUE PRESTADA POR INSTITUIÇÃO DEVIDAMENTE HABILITADA, QUE NÃO SEJA LIGADA AO DEVEDOR;

VI - HIPOTECA DE IMÓVEL, RESPEITADO QUALQUER DIREITO DE PREFERÊNCIA DE OUTROS CREDORES;

VII - PENHOR INDUSTRIAL E MERCANTIL, REGULARMENTE CONSTITUÍDO, COM OBSERVÂNCIA DE TODAS AS FORMALIDADES LEGAIS APLICÁVEIS, CUJOS BENS PENHORADOS ESTEJAM PERFEITAMENTE IDENTIFICADOS E CARACTERIZADOS, INCLUSIVE COBERTOS POR SEGURO;

VIII - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA, REVESTIDA DE TODAS AS FORMALIDADES LEGAIS DEVIDAMENTE OBSERVADAS.

IX - CAUÇÃO OU CESSÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS REFERENTES AO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS, DESDE QUE CONSTE, DO INSTRUMENTO CONTRATUAL, EXPRESSA INTERVENIÊNCIA DO BANCO DO BRASIL S.A., QUE RECEBERÁ CONFIRMAÇÃO IRREVOGÁVEL PARA RETER E REPASSAR AO CREDOR AS COTAS PARTES CORRESPONDENTES DAQUELES FUNDOS;

X - CAUÇÃO, AUTORIZADA POR LEI, DE ICMS A SER RECOLHIDO, DESDE QUE CONSTE, DO INSTRUMENTO CONTRATUAL, EXPRESSA INTERVENIÊNCIA DO AGENTE FINANCEIRO ESTADUAL RESPECTIVO PARA RETER E REPASSAR AO CREDOR AS COTAS PARTES CORRESPONDENTES DAQUELE TRIBUTO;

XI - APÓLICE DE SEGURO DE CRÉDITO DE EXPORTAÇÃO, EM NOME DA ENTIDADE BENEFICIÁRIA, SATISFEITAS AS CONDIÇÕES PREVISTAS NAQUELE DOCUMENTO;

XII - BENS ARRENDADOS, DECORRENTES DE CONTRATOS DE ARRENDAMENTO MERCANTIL;

XIII - AVAL DE TERCEIROS QUE, COMPROVADAMENTE, DISPONHAM DE BENS QUE POSSAM SER OBJETO DE ARRESTO OU PENHORA EM VALOR SUFICIENTE À COBERTURA DO SALDO DEVEDOR ATUALIZADO.

PARÁGRAFO 1º. NA HIPÓTESE DE GARANTIA REPRESENTADA POR HIPOTECA, SERÁ EXIGIDO QUE:

- A - A PROPRIEDADE DO RESPECTIVO IMÓVEL SEJA CERTIFICADA POR ESCRITURA DEFINITIVA, INSCRITA NO CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS;
- B - O IMÓVEL CONTE COM LAUDO DE AVALIAÇÃO ELABORADO POR PERITO OU EMPRESA, CUJO NOME TENHA SIDO APROVADO FORMALMENTE EM REUNIÃO DA DIRETORIA OU DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, NÃO SE ADMITINDO A SIMPLES CORREÇÃO MONETÁRIA DE VALOR APURADO EM AVALIAÇÃO ANTERIOR, SE PROMOVIDA HÁ MAIS DE 360 (TREZENTOS E SESENTA) DIAS;
- C - NO CASO DE O LAUDO TER SIDO FIRMADO POR EMPRESA LIGADA OU SETOR ESPECIALIZADO DA PRÓPRIA INSTITUIÇÃO CREDORA - OBEDECIDAS AS CONDICIONANTES DO PARÁGRAFO 2º DO ART. 8º DA LEI Nº 6.404, DE 15.12.76 - ESTA FIQUE RESPONSÁVEL PELA SUA FIDELIDADE, PARA TODOS OS EFEITOS LEGAIS, INCLUSIVE COM VISITAS AO DISPOSTO NO ART. 44, ITEM I E PARÁGRAFO 1º, DA LEI Nº 4.595, DE 31.12.64;
- D - SEJA FEITA INSCRIÇÃO DA HIPOTECA NO CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS; E
- E - QUANDO SE TRATAR DE BENFEITORIAS, ESTAS DEVEM SER COBERTAS POR SEGURO, COM CLÁUSULA EM FAVOR DA INSTITUIÇÃO CREDORA, EXCETO QUANDO OS IMÓVEIS ESTEJAM LOCALIZADOS EM ÁREA RURAL.

PARÁGRAFO 2º. A ANÁLISE DA INSTITUIÇÃO, PARA
Continua...

EFEITO DA CLASSIFICAÇÃO DAS GARANTIAS, DEVERÁ SER FEITA PERIODICAMENTE, EM PRAZOS NÃO SUPERIORES A 360 (TREZENTOS E SESENTA) DIAS, ÀS VÉZES DE LAUDO, QUE PODERÁ SER ELABORADO POR SETOR ESPECIALIZADO DA PRÓPRIA INSTITUIÇÃO, ADMITINDO-SE, NOS INTERVALOS, AJUSTE POR CORREÇÃO MONETÁRIA.

PARÁGRAFO 3º. NO CASO DE OPERAÇÕES RELATIVAS A FINANCIAMENTOS HABITACIONAIS, GARANTIDAS POR HIPOTECAS DE IMÓVEIS, COBERTAS POR SEGURO DE CRÉDITO, FICARÁ A CRITÉRIO DAS INSTITUIÇÕES A PERIODICIDADE ADEQUADA À ELABORAÇÃO DO LAUDO DE AVALIAÇÃO, EM PRAZOS NÃO SUPERIORES A 720 (SETECENTOS E VINTE) DIAS.

ART. 13. AS INSTITUIÇÕES MANTERÃO REGISTROS ANALÍTICOS COM INFORMAÇÕES COMPLETAS SOBRE OS CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA, INCLUSIVE COM TODOS OS ELEMENTOS QUE PERMITAM A ADEQUADA AVALIAÇÃO DO VALOR PROVÁVEL DE REALIZAÇÃO, OS QUAIS FICARÃO À DISPOSIÇÃO DO BANCO CENTRAL DO BRASIL E DO AUDITOR INDEPENDENTE.

ART. 14. O BANCO CENTRAL DO BRASIL PODERÁ BAIXAR NORMAS COMPLEMENTARES NECESSÁRIAS AO CUMPRIMENTO DESTA RESOLUÇÃO, PODENDO INCLUSIVE DETERMINAR:

I - PROVIDÊNCIAS SANEADORAS A SEREM ADOTADAS PELAS INSTITUIÇÕES, COM VISTAS A ASSEGURAR A SUA LIQUIDEZ E ADEQUADA ESTRUTURA PATRIMONIAL;

II - ALTERAÇÃO DOS PRAZOS DE TRANSFERÊNCIA E DOS PERCENTUAIS PARA CONSTITUIÇÃO DE PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA;

III - TIPOS DE INFORMAÇÕES E NOTAS EXPLICATIVAS A SEREM CONTEMPLADOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS;

IV - PROCEDIMENTOS E CONTROLES A SEREM ADOTADOS PELAS INSTITUIÇÕES;

V - OUTROS TIPOS DE GARANTIAS ADMITIDOS PARA EFEITO DO ART. 12 DESTA RESOLUÇÃO;

VI - TIPOS DE CRÉDITOS QUE SERVIRÃO DE BASE À CONSTITUIÇÃO DA PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA.

ART. 15. O DESCUMPRIMENTO DAS NORMAS CONSUBSTANCIADAS NA PRESENTE RESOLUÇÃO SERÁ CONSIDERADO FALTA GRAVE, SUJEITANDO AS INSTITUIÇÕES E SEUS ADMINISTRADORES ÀS PENALIDADES PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO EM VIGOR, EM ESPECIAL ÀS DO ART. 44 DA LEI Nº 4.595, DE 31.12.64.

ART. 16. ESTA RESOLUÇÃO ENTRA EM VIGOR EM 03.09.90, RESSALVADO O CONTIDO NOS ARTS. 6º E 8º, QUANDO SERÃO REVOGADAS A RESOLUÇÃO Nº 1.675, DE 21.12.89, E A CIRCULAR Nº 1.559, DE 22.12.89.

BRASÍLIA (DF), 30 DE AGOSTO DE 1990

IBRAHIM ERIS
PRESIDENTE

ANEXO À RESOLUÇÃO Nº 1.748, DE 30 DE AGOSTO DE 1990

1.4.3.00.00-2	REPASSES INTERFINANCEIROS
1.6.0.00.00-1	OPERAÇÕES DE CRÉDITO
1.7.0.00.00-0	OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL
1.8.1.00.00-2	AVALS E FIANÇAS HONRADOS
	ADIANTAMENTOS SOBRE CONTRATOS DE CÂMBIO
1.8.2.10.10-5	EXPORTAÇÃO - LETRAS A ENTREGAR
1.8.2.10.20-8	EXPORTAÇÃO - LETRAS ENTREGUES
1.8.2.40.00-3	CRÉDITOS REGISTRADOS EM MOEDAS ESTRANGEIRAS A RECEBER
1.8.2.50.00-0	DEVEDORES POR CRÉDITOS LIQUIDADOS NO EXTERIOR
1.8.2.60.00-7	FINANCIAMENTOS EM MOEDAS ESTRANGEIRAS
1.8.2.70.00-4	RENDAS A RECEBER - CÂMBIO
1.8.2.90.00-8	DEVEDORES DIVERSOS - EXTERIOR - CÂMBIO
1.8.3.40.00-6	COMISSÕES POR COBRIGACÕES A RECEBER
1.8.3.70.00-7	SERVIÇOS PRESTADOS A RECEBER
1.8.3.90.00-1	OUTRAS RENDAS A RECEBER
1.8.4.30.00-2	DEVEDORES - CONTA LIQUIDAÇÕES PENDENTES
1.8.4.50.00-6	VALORES A RECEBER POR VENDAS DE AÇÕES
1.8.4.55.00-1	VALORES A RECEBER POR VENDA DE ATIVOS FINANCEIROS
1.8.4.60.00-3	VALORES A RECEBER POR VENDA DE MERCADORIAS
1.8.4.90.00-4	OUTROS CRÉDITOS POR NEGOCIAÇÃO E INTERMEDIÇÃO DE VALORES
1.8.8.15.00-5	CHEQUES A RECEBER
1.8.8.35.00-9	DEVEDORES POR COMPRA DE VALORES E BENS
1.8.8.40.00-1	DEVEDORES POR DEPÓSITOS EM GARANTIA
1.8.8.80.00-9	TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER
1.8.8.92.00-4	DEVEDORES DIVERSOS - PAÍS - DESDOBRAMENTO DE USO INTERNO CÂMBIO - IMPORTAÇÃO
1.8.9.10.00-3	OUTROS CRÉDITOS EM LIQUIDAÇÃO
1.8.9.95.00-4	(-) RENDAS A APROPRIAR DE OUTROS CRÉDITOS EM LIQUIDAÇÃO

ANEXO 02
Resolução 2.099/94 do Banco Central do Brasil - BACEN

Aprova regulamentos que dispõem sobre as condições relativamente ao acesso ao Sistema Financeiro Nacional, aos valores mínimos de capital e patrimônio líquido ajustado, a instalação de dependências e a obrigatoriedade da manutenção de patrimônio líquido ajustado em valor compatível com o grau de risco das operações ativas das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central.

O BANCO CENTRAL DO BRASIL, na forma do art. 9. da Lei n. 4.595, de 31.12.64, torna público que o CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL, em sessão realizada em 17.08.94, tendo em vista o disposto no art. 4., incisos VIII, XI e XIII, da referida Lei n. 4.595/64, na Lei n. 4.728, de 14.07.65, no art. 20, Parágrafo 1., da Lei n. 4.864, de 29.11.65, no art. 6. do Decreto-Lei n. 759, de 12.08.69, na Lei n. 6.099, de 12.09.74, com as alterações introduzidas pela Lei n. 7.132, de 26.10.83, e no art. 7. do Decreto-Lei n. 2.291, de 21.11.86,

R E S O L V E U:

Art. 1. Aprovar os regulamentos anexos, que disciplinam, relativamente as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil:

I - a autorização para funcionamento, transferência de controle societário e reorganização - Anexo I;

II - os limites mínimos de capital realizado e patrimônio líquido, ajustado na forma da regulamentação em vigor - Anexo II;

III - a instalação e o funcionamento de dependências no País - Anexo III;

IV - a obrigatoriedade de manutenção de valor de patrimônio líquido, ajustado na forma da regulamentação em vigor, compatível com o grau de risco da estrutura de ativos - Anexo IV.

Art. 2. A observância dos padrões de capital e patrimônio líquido de que tratam os Anexos II e IV e condição indispensável para o funcionamento das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Parágrafo 1. Constatado o descumprimento dos padrões de capital e/ou patrimônio líquido referidos neste artigo, o Banco Central do Brasil convocará representantes legais da instituição para informarem acerca das medidas que serão adotadas com vistas a regularização da situação.

Parágrafo 2. O comparecimento dos representantes legais da instituição deverá ocorrer no prazo máximo de 5 (cinco) dias contados da data da convocação, sendo formalizado mediante lavratura de termo específico por parte do Banco Central do Brasil.

Parágrafo 3. Deverá ser apresentado ao Banco Central do Brasil, no prazo de 15 (quinze) dias contados da lavratura do termo de comparecimento, para aprovação, plano de regularização referendado pela diretoria da instituição e pelo conselho de administração, se houver, contendo as medidas previstas para enquadramento e respectivo cronograma de execução, o qual não poderá ser superior a 6 (seis) meses.

Parágrafo 4. A implementação do plano de regularização deverá ser objeto de acompanhamento por parte do auditor independente, o qual remeterá relatórios mensais ao Banco Central do Brasil.

Parágrafo 5. O não enquadramento da instituição nos padrões de capital e patrimônio líquido de que trata este artigo, bem assim a não apresentação do plano de regularização no prazo previsto, a não aprovação do plano pelo Banco Central ou o seu descumprimento, são pressupostos para a aplicação do disposto no art. 15 da Lei n. 6.024, de 13.03.74.

Art. 3. Para efeito do enquadramento do patrimônio líquido ao valor mínimo estabelecido no Anexo II, bem assim de sua compatibilização com o grau de risco da estrutura de ativos da instituição, segundo a metodologia definida no art. 2. do Anexo IV desta Resolução, admitir-se-á a manutenção, pelo prazo máximo de 90 (noventa) dias, de depósito em conta vinculada em montante suficiente para suprir a deficiência verificada.

trata este artigo:

I - sera considerado como parte integrante do patrimonio liquido da instituicao;

II - podera ser realizado em especie ou em titulos de emissao do Tesouro Nacional e/ou do Banco Central do Brasil, desde que registrado no Sistema Especial de Liquidacao e de Custodia - SELIC;

III - devera ser mantido em conta especifica de custodia no Banco Central do Brasil e relacionado em mapa proprio;

IV - somente sera liberado mediante autorizacao expressa do Banco Central do Brasil.

Art. 4. A instituicao somente podera distribuir resultados, a qualquer titulo, em montante superior aos limites minimos previstos em lei ou em seu estatuto, nas situacoes em que essa distribuicao nao venha a comprometer os padroes de capital e/ou patrimonio liquido referidos nos Anexos II e IV.

Art. 5. Incluir paragrafo unico no art. 16 do Regulamento anexo a Resolucao n. 1.914, de 11.03.92, que disciplina a constituicao e o funcionamento das cooperativas de credito, com a seguinte redacao:

"Art. 16

Paragrafo unico. A captacao de depositos a vista e a prazo mencionadas nas alineas "a" e "b" do inciso I somente pode ser realizada junto a seus associados."

Art. 6. Continua vedada a instalacao de agencia por parte de bancos de desenvolvimento e cooperativas de credito.

Art. 7. Fica o Banco Central do Brasil autorizado a baixar as normas e adotar as medidas julgadas necessarias a execucao do disposto nesta Resolucao.

Art. 8. Esta Resolucao entra em vigor na data de sua publicacao.

Art. 9. Ficam revogados:

I - a partir da data de publicacao desta Resolucao:

a) as Resolucoes n.s 156, de 10.09.70, 201, de 20.12.71, 246, de 16.01.73, 310, de 25.10.74, 341, de 15.08.75, 632, de 27.08.80, 658, 659 e 660, de 17.12.80, 792, de 11.01.83, 1.082, de 30.01.86, 1.493, de 29.06.88, 1.535, de 30.11.88, 1.602, de 27.04.89, 1.648 e 1.649, de 25.10.89, 1.687, de 21.02.90, 1.741, de 30.08.90, 1.776, de 06.12.90, 1.864, de 05.09.91, 2.056, de 17.03.94, 2.066, de 22.04.94, 2.070, e 2.071, de 06.05.94, as Circulares n.s 755, de 11.01.83, 867, de 17.07.84, 1.305, de 23.03.88, 1.328, de 06.07.88, 1.394, de 09.12.88, 1.404 e 1.408, de 29.12.88, 1.415, de 13.01.89, 1.551, de 07.12.89, 1.863, de 14.12.90, 1.974, de 14.06.91, 2.273, de 29.01.93, 2.289, de 18.03.93, 2.297, de 07.04.93, e 2.314, de 26.05.93, e as Cartas-Circulares n.s 1.927, de 16.05.89, e 2.465, de 21.06.94;

b) os itens III a VI da Resolucao n. 20, de 04.03.66, o art. 2. do Regulamento anexo a Resolucao n. 394, de 03.11.76, os itens II e III da Resolucao n. 980, de 13.12.84, e os arts. 2. e 5. do respectivo Regulamento anexo, o item III da Resolucao n. 1.120, de 04.04.86, e o art. 5. do respectivo Regulamento anexo, os itens II a IV da Resolucao n. 1.428, de 15.12.87, os itens I a IV e VII a X da Resolucao n. 1.524, de 21.09.88, e os arts. 1., 2., 5., 6., 7., 8., 10 e 13 do respectivo Regulamento anexo, os itens II a VIII da Resolucao n. 1.632, de 24.08.89, o art. 6. do Regulamento anexo a Resolucao n. 1.655, de 26.10.89, o art. 2. da Resolucao n. 1.770, de 28.11.90, e o art. 4. do respectivo Regulamento anexo, o art. 54 do Regulamento anexo a Resolucao n. 1.914, de 11.03.92, os itens 2 a 4, alineas "b" a "f" e "h" do item 5 e itens 6 a 13 da Circular n. 1.364, de 04.10.88, e o art. 1. da Carta-Circular n. 2.278, de 25.05.92;

c) o inciso XI do art. 2. do Regulamento anexo a Resolucao n. 1.655, de 26.10.89, tao-somente no que se refere a emissao de cédulas pignoratícias de debêntures;

II - a partir de 31.12.94:

a) a Resolucao n. 1.608, de 31.05.89, e as Circulares n.s 1.341, de 28.07.88, 1.524, de 10.08.89, e 1.849, de 21.11.90;

b) os itens I a III e as alineas "a" e "b" do item V da Resolucao n. 1.499, de 27.07.88, o item VII da Resolucao n. 1.502, de 28.07.88, os arts. 2. e 3. da Resolucao n. 1.949, de 29.07.92, o art. 2. da Circular n. 1.967, de 28.05.91, e o inciso II do art. 2. da Circular n. 2.402, de 13.01.94;

c) tao-somente no que se referem aos limites de endividamento o art. 1. da Resolucao n. 1.949, de 29.07.92, e a Resolucao n. 1.990, de 30.06.93;

d) exceto com relacao aos limites de endividamento de cooperativas de credito as Resolucoes n.s 1.556, de 22.12.88, e 1.909, de 26.02.92, a Circular n. 2.211, de 05.08.92, e os arts. 1. e 2. da Carta-Circular n. 2.315, de 02.09.92.

III - a partir de 30.04.95:

a) as Resolucoes n.s 1.339, de 15.06.87, 1.409, de 29.10.87, 1.523, de 21.09.88, 1.595, de 29.03.89, e 1.933, de 30.06.92, as Circulares n.s 1.364, de 04.10.88, 1.399, de 27.12.88, e 2.364, de 23.09.93, e a Carta-Circular n. 2.311, de 01.09.92;

b) os itens V e VI da Resolucao n. 1.524, de 21.09.88, e os arts. 3. e 4. do respectivo Regulamento anexo, o art. 3. do Regulamento anexo a Resolucao n. 1.770, de 28.11.90, o Paragrafo 2. do art. 1. da Resolucao n. 2.042, de 13.01.94, e o paragrafo unico do art. 4. do Regulamento anexo a Circular n. 2.388, de 17.12.93.

Brasilia, 17 de agosto de 1994

Pedro Sampaio Malan
Presidente

ANEXO 03
Resolução 2.390/97 do Banco Central do Brasil - BACEN

Determina as instituicoes que especifica a prestacao ao Banco Central do Brasil de informacoes sobre clientes, objetivando a implementacao do sistema Central de Risco de Credito.

O BANCO CENTRAL DO BRASIL, na forma do art. 9. da Lei n. 4.595, de 31.12.64, torna publico que o CONSELHO MONETARIO NACIONAL, em sessao realizada em 22.05.97, tendo em vista o disposto nos arts. 3., incisos V e VI, e 4., incisos VI, VIII, XI e XII, da referida Lei,

R E S O L V E U:

Art. 1. Determinar a prestacao ao Banco Central do Brasil de informacoes sobre o montante dos debitos e responsabilidades por garantias de clientes pelos bancos multiplos, bancos comerciais, caixas economicas, bancos de investimento, bancos de desenvolvimento, sociedades de credito imobiliario, sociedades de credito, financiamento e investimento, companhias hipotecarias, agencias de fomento ou de desenvolvimento e sociedades de arrendamento mercantil.

Paragrafo unico. O disposto neste artigo aplica-se tambem as instituicoes em regime especial.

Art. 2. As informacoes de que se trata serao consolidadas em termos de debitos e responsabilidades por cliente e representarao o primeiro passo para a implementacao do sistema Central de Risco de Credito.

Art. 3. As instituicoes mencionadas no art. 1. poderao consultar as informacoes consolidadas por cliente constantes do sistema, desde que obtida autorizacao especifica do cliente para essa finalidade.

Art. 4. O Banco Central do Brasil baixara as instrucoes necessarias a regulamentacao do disposto nesta Resolucao.

Art. 5. Esta Resolucao entra em vigor na data de sua publicacao.

Brasilia, 22 de maio de 1997

Gustavo Jorge Laboissiere Loyola
Presidente

ANEXO 04
Resolução 2.682/99 do Banco Central do Brasil - BACEN

Dispoe sobre criterios de classificacao das operacoes de credito e regras para constituicao de provisao para creditos de liquidacao duvidosa.

O BANCO CENTRAL DO BRASIL, na forma do art. 9. da Lei n. 4.595, de 31 de dezembro de 1964, torna publico que o CONSELHO MONETARIO NACIONAL, em sessao realizada em 21 de dezembro de 1999, com base no art. 4., incisos XI e XII, da citada Lei,

R E S O L V E U:

Art. 1. Determinar que as instituicoes financeiras e demais instituicoes autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem classificar as operacoes de credito, em ordem crescente de risco, nos seguintes niveis:

- I - nivel AA;
- II - nivel A;
- III - nivel B;
- IV - nivel C;
- V - nivel D;
- VI - nivel E;
- VII - nivel F;
- VIII - nivel G;
- IX - nivel H.

Art. 2. A classificacao da operacao no nivel de risco correspondente e de responsabilidade da instituicao detentora do credito e deve ser efetuada com base em criterios consistentes e verificaveis, amparada por informacoes internas e externas, contemplando, pelo menos, os seguintes aspectos:

I - em relacao ao devedor e seus garantidores:

- a) situacao economico-financeira;
- b) grau de endividamento;
- c) capacidade de geracao de resultados;
- d) fluxo de caixa;
- e) administracao e qualidade de controles;
- f) pontualidade e atrasos nos pagamentos;
- g) contingencias;
- h) setor de atividade economica;
- i) limite de credito;

II - em relacao a operacao:

- a) natureza e finalidade da transacao;
- b) caracteristicas das garantias, particularmente quanto a suficiencia e liquidez;
- c) valor.

Paragrafo unico. A classificacao das operacoes de credito de titularidade de pessoas fisicas deve levar em conta, tambem, as situacoes de renda e de patrimonio bem como outras informacoes cadastrais do devedor.

Art. 3. A classificacao das operacoes de credito de um mesmo cliente ou grupo economico deve ser definida considerando aquela que apresentar maior risco, admitindo-se excepcionalmente classificacao diversa para determinada operacao, observado o disposto no art. 2., inciso II.

Art. 4. A classificacao da operacao nos niveis de risco de que trata o art. 1. deve ser revista, no minimo:

I - mensalmente, por ocasio dos balancetes e balancos, em funcao de atraso verificado no pagamento de parcela de principal ou de encargos, devendo ser observado o que segue:

- b) atraso entre 31 e 60 dias: risco nivel C, no minimo;
- c) atraso entre 61 e 90 dias: risco nivel D, no minimo;
- d) atraso entre 91 e 120 dias: risco nivel E, no minimo;
- e) atraso entre 121 e 150 dias: risco nivel F, no minimo;
- f) atraso entre 151 e 180 dias: risco nivel G, no minimo;
- g) atraso superior a 180 dias: risco nivel H;

II - com base nos criterios estabelecidos nos arts. 2. e 3.:

a) a cada seis meses, para operacoes de um mesmo cliente ou grupo economico cujo montante seja superior a 5% (cinco por cento) do patrimonio liquido ajustado;

b) uma vez a cada doze meses, em todas as situacoes, exceto na hipotese prevista no art. 5..

Paragrafo 1. As operacoes de adiantamento sobre contratos de cambio, as de financiamento a importacao e aquelas com prazos inferiores a um mes, que apresentem atrasos superiores a trinta dias, bem como o adiantamento a depositante a partir de trinta dias de sua ocorrencia, devem ser classificados, no minimo, como de risco nivel G.

Paragrafo 2. Para as operacoes com prazo a decorrer superior a 36 meses admite-se a contagem em dobro dos prazos previstos no inciso I.

Paragrafo 3. O nao atendimento ao disposto neste artigo implica a reclassificacao das operacoes do devedor para o risco nivel H, independentemente de outras medidas de natureza administrativa.

Art. 5. As operacoes de credito contratadas com cliente cuja responsabilidade total seja de valor inferior a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) podem ter sua classificacao revista de forma automatica unicamente em funcao dos atrasos consignados no art. 4., inciso I, desta Resolucao, observado que deve ser mantida a classificacao original quando a revisao corresponder a nivel de menor risco.

Paragrafo 1. O Banco Central do Brasil podera alterar o valor de que trata este artigo.

Paragrafo 2. O disposto neste artigo aplica-se as operacoes contratadas ate 29 de fevereiro de 2000, observados o valor referido no caput e a classificacao, no minimo, como de risco nivel A.

Art. 6. A provisao para fazer face aos creditos de liquidacao duvidosa deve ser constituída mensalmente, nao podendo ser inferior ao somatorio decorrente da aplicacao dos percentuais a seguir mencionados, sem prejuizo da responsabilidade dos administradores das instituicoes pela constituicao de provisao em montantes suficientes para fazer face a perdas provaveis na realizacao dos creditos:

- I - 0,5% (meio por cento) sobre o valor das operacoes classificadas como de risco nivel A;
- II - 1% (um por cento) sobre o valor das operacoes classificadas como de risco nivel B;
- III - 3% (tres por cento) sobre o valor das operacoes classificadas como de risco nivel C;
- IV - 10% (dez por cento) sobre o valor das operacoes classificadas como de risco nivel D;
- V - 30% (trinta por cento) sobre o valor das operacoes classificadas como de risco nivel E;
- VI - 50% (cinquenta por cento) sobre o valor das operacoes classificadas como de risco nivel F;
- VII - 70% (setenta por cento) sobre o valor das operacoes classificadas como de risco nivel G;
- VIII - 100% (cem por cento) sobre o valor das operacoes classificadas como de risco nivel H.

Art. 7. A operacao classificada como de risco nivel H deve ser transferida para conta de compensacao, com o correspondente debito em provisao, apos decorridos seis meses da sua classificacao nesse nivel de risco, nao sendo admitido o registro em periodo inferior.

Paragrafo unico. A operacao classificada na forma do disposto no caput deste artigo deve permanecer registrada em conta de compensacao pelo prazo minimo de cinco anos e enquanto nao esgotados todos os procedimentos para cobranca.

Art. 8. A operacao objeto de renegociacao deve ser mantida, no minimo, no mesmo nivel de risco em que estiver classificada, observado que aquela registrada como prejuizo deve ser classificada como de risco nivel H.

Paragrafo 1. Admite-se a reclassificacao para categoria de menor risco quando houver amortizacao significativa da operacao ou quando fatos novos relevantes justificarem a mudanca do nivel de risco.

Paragrafo 2. O ganho eventualmente auferido por ocasio da renegociacao deve ser apropriado ao resultado quando do seu efetivo recebimento.

Paragrafo 3. Considera-se renegociacao a composicao de divida, a prorrogacao, a novacao, a concessao de nova operacao para liquidacao parcial ou integral de operacao anterior ou qualquer outro tipo de acordo que implique na alteracao nos prazos de vencimento ou nas condicoes de pagamento originalmente pactuadas.

Art. 9. E vedado o reconhecimento no resultado do periodo de receitas e encargos de qualquer natureza relativos a operacoes de credito que apresentem atraso igual ou superior a sessenta dias, no pagamento de parcela de principal ou encargos.

Art. 10. As instituicoes devem manter adequadamente documentadas sua politica e procedimentos para concessao e classificacao de operacoes de credito, os quais devem ficar a disposicao do Banco Central do Brasil e do auditor independente.

Paragrafo unico. A documentacao de que trata o caput deste artigo deve evidenciar, pelo menos, o tipo e os niveis de risco que se dispoe a administrar, os requerimentos minimos exigidos para a concessao de emprestimos e o processo de autorizacao.

Art. 11. Devem ser divulgadas em nota explicativa as demonstracoes financeiras informacoes detalhadas sobre a composicao da carteira de operacoes de credito, observado, no minimo:

I - distribuicao das operacoes, segregadas por tipo de cliente e atividade economica;

II - distribuicao por faixa de vencimento;

III - montantes de operacoes renegociadas, lancados contra prejuizo e de operacoes recuperadas, no exercicio.

Art. 12. O auditor independente deve elaborar relatorio circunstanciado de revisao dos criterios adotados pela instituicao quanto a classificacao nos niveis de risco e de avaliacao do provisionamento registrado nas demonstracoes financeiras.

Art. 13. O Banco Central do Brasil podera baixar normas complementares necessarias ao cumprimento do disposto nesta Resolucao, bem como determinar:

I - reclassificacao de operacoes com base nos criterios estabelecidos nesta Resolucao, nos niveis de risco de que trata o art. 1.;

II - provisionamento adicional, em funcao da responsabilidade do devedor junto ao Sistema Financeiro Nacional;

III - providencias saneadoras a serem adotadas pelas instituicoes, com vistas a assegurar a sua liquidez e adequada estrutura patrimonial, inclusive na forma de alocao de capital para operacoes de classificacao considerada inadequada;

IV - alteracao dos criterios de classificacao de creditos, de contabilizacao e de constituicao de provisao;

V - teor das informacoes e notas explicativas constantes das demonstracoes financeiras;

VI - procedimentos e controles a serem adotados pelas instituicoes.

Art. 14. O disposto nesta Resolucao se aplica tambem as operacoes de arrendamento mercantil e a outras operacoes com caracteristicas de concessao de credito.

Art. 15. As disposicoes desta Resolucao nao contemplam os aspectos fiscais, sendo de inteira responsabilidade da instituicao a observancia das normas pertinentes.

Art. 16. Esta Resolucao entra em vigor na data da sua publicacao, produzindo efeitos a partir de 1. de marco de 2000, quando ficarao revogadas as Resolucoes n.s 1.748, de 30 de agosto de 1990, e 1.999, de 30 de junho de 1993, os arts. 3. e 5. da Circular n. 1.872, de 27 de dezembro de 1990, a alinea "b" do inciso II do art. 4. da Circular n. 2.782, de 12 de novembro de 1997, e o Comunicado n. 2.559, de 17 de outubro de 1991.

Brasilia, 21 de dezembro de 1999

Arminio Fraga Neto
Presidente

ANEXO 05
Resolução 2.724/00 do Banco Central do Brasil - BACEN

Dispoe sobre a prestacao de informacoes para o sistema Central de Risco de Credito.

O BANCO CENTRAL DO BRASIL, na forma do art. 9. da Lei n. 4.595, de 31 de dezembro de 1964, torna publico que o CONSELHO MONETARIO NACIONAL, em sessao realizada em 31 de maio de 2000, tendo em vista o disposto nos arts. 3., incisos V e VI, e 4., incisos VI, VIII, XI e XII, da referida Lei,

R E S O L V E U:

Art. 1. Determinar a prestacao ao Banco Central do Brasil de informacoes sobre o montante dos debitos e responsabilidades por garantias de clientes pelos bancos multiplos, bancos comerciais, Caixa Economica Federal, bancos de investimento, bancos de desenvolvimento, sociedades de credito imobiliario, sociedades de credito, financiamento e investimento, companhias hipotecarias, agencias de fomento e sociedades de arrendamento mercantil.

Paragrafo unico O disposto neste artigo aplica-se tambem as instituicoes em regime especial.

Art. 2. As informacoes de que se trata:

I - serao consolidadas no sistema Central de Risco de Credito em termos de debitos e responsabilidades por cliente;

II - sao de exclusiva responsabilidade das instituicoes mencionadas no art. 1., inclusive no que diz respeito as respectivas inclusoes, atualizacoes ou exclusoes do sistema.

Art. 3. As instituicoes mencionadas no art. 1. poderao consultar as informacoes consolidadas por cliente constantes do sistema, desde que obtida autorizacao especifica do cliente para essa finalidade.

Art.4. Fica o Banco Central do Brasil autorizado a baixar as normas e a adotar as medidas necessarias ao cumprimento do disposto nesta Resolucao.

Art. 5. Esta Resolucao entra em vigor na data de sua publicacao.

Art. 6. Fica revogada a Resolucao n. 2.390, de 22 de maio de 1997, passando a base regulamentar da Circular n. 2.977, de 6 de abril de 2000, a ser esta Resolucao, assim como fica substituida por esta Resolucao a citacao constante da Carta-Circular n. 2.909, de 26 de abril de 2000.

Brasilia, 31 de maio de 2000

Arminio Fraga Neto
Presidente

ANEXO 06
Carta-Circular 3.043 do Banco Central do Brasil - BACEN

Dispõe sobre os procedimentos a serem observados na remessa de informações no âmbito da Central de Risco de Crédito.

Para fins da prestação das informações de que trata a Circular 3.098, de 20 de março de 2002, devem ser consideradas as operações constantes do Balancete Patrimonial Analítico, documento 1 do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - Cosif, Cadoc 4010, registradas nos seguintes subgrupo, desdobramento de subgrupo, títulos e subtítulos contábeis, as quais devem ser informadas pelo seu valor contábil, na forma definida na Carta-Circular 2.899, de 1. de março de 2000, inclusive no que se refere às operações de financiamento habitacional com cobertura do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS):

1.4.3.00.00-2 Repasses Interfinanceiros
 3.0.1.30.00-5 BENEFICIÁRIOS DE GARANTIAS PRESTADAS
 3.0.1.85.00-5 COBRIGAÇÕES EM CESSÕES DE CRÉDITO
 3.0.1.90.00-7 BENEFICIÁRIOS DE OUTRAS COBRIGAÇÕES
 3.0.9.58.20-1 Ligadas Não Financeiras
 3.0.9.80.00-4 SFH - PARCELAS DE FINANCIAMENTO A LIBERAR
 3.0.9.86.10-1 Valores de Créditos Contratados a Liberar - Pessoas Jurídicas
 3.0.9.86.20-4 Valores de Créditos Contratados a Liberar - Pessoas Físicas
 3.1.0.00.00-0 CLASSIFICAÇÃO DA CARTEIRA DE CRÉDITOS
 9.0.9.60.10-5 Créditos Baixados nos últimos 12 meses
 9.0.9.60.15-0 Créditos Baixados entre 13 e 48 meses.

2. Para o preenchimento das informações de que trata esta carta circular devem ser observadas as instruções disponíveis no endereço eletrônico <http://www.bcb.gov.br/centralderisco>.

3. Para efeito do sistema Central de Risco de Crédito, considera-se:

I - operação de crédito com recursos direcionados: aquela realizada obrigatoriamente com taxa estabelecida em programas ou repasses governamentais;

II - operação de crédito com recursos livres: aquela realizada com taxa de juros livremente pactuada entre o cliente e a instituição financeira, incluídas as operações de crédito rural, de crédito imobiliário ou com o setor público que possuam essa característica;

III - operação de financiamento de projetos: aquela com prazo contratado superior a 360 dias, em que exista vinculação entre o fluxo de caixa gerado pelo projeto e o pagamento da linha de crédito concedida;

IV - data de vencimento: aquela prevista para pagamento da última parcela ou término do contrato;

V - responsabilidade total: o montante das operações ativas, das operações baixadas como prejuízo, das coobrigações e garantias prestadas ao cliente e dos repasses interfinanceiros;

VI - classificação de risco da operação: aquela prevista no art. 1º da Resolução 2.682, de 21 de dezembro de 1999;

VII - classificação de risco do cliente: aquela realizada com observância ao disposto ao art. 2º, caput e inciso I, da Resolução 2.682, de 1999, exclusivamente para o devedor;

VIII - operações renegociadas: aquelas efetuadas nos termos do art. 8º da Resolução 2.682, de 1999, e que impliquem aumento no risco de crédito; e

IX - autorização: aquela prevista no art. 3. da Resolução 2.724, de 31 de maio de 2000, necessária para a consulta das informações do cliente pela instituição.

4. Para o preenchimento das informações constantes dos documentos referidos no art. 2º da Circular 3.098, de 2002, as instituições relacionadas naquele dispositivo devem:

I - no campo "código do contrato", informar o código interno da operação, não sendo admitida duplicidade para o mesmo cliente e modalidade de operação;

II - para as operações de crédito contratadas com mais de um cliente:

a) quando se tratar apenas de um Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), discriminar o titular como único cliente; e

b) quando se tratar de mais de um Cadastro Nacional de

a cada cliente ou o tomador principal;

III - para créditos contratados a liberar, informar o desembolso previsto como modalidade de operação, segregadamente dos valores liberados;

IV - para as coobrigações assumidas e garantias prestadas, repasses interfinanceiros e créditos contratados a liberar, informar a categoria de risco de acordo com o código correspondente à classificação de risco dessas operações;

V - para fins de distribuição de vencimentos, informar:

a) o fluxo de desembolso programado dos créditos contratados a liberar no campo valores a vencer; e

b) o prazo das garantias prestadas e coobrigações assumidas em razão do vencimento do contrato;

VI - no caso de operações com prazo de vencimento indeterminado ou com a data de vencimento postergada em decorrência de determinação regulamentar sem a definição de novas condições contratuais, informar o montante da dívida como a vencer com prazo indeterminado;

VII - em se tratando de créditos baixados como prejuízo, informar as operações de forma individualizada, admitindo-se, para aqueles que tenham essa classificação na data-base de outubro de 2002, o encaminhamento de forma consolidada por cliente, sem a identificação do código e da modalidade do contrato baixado;

VIII - nos campos "prestador de garantia fidejussória" e "garantia não fidejussória, seguro e assemelhado", informar todas as garantias, seguros e instrumentos assemelhados vinculados à operação;

IX - no campo "taxa efetiva anual", informar a taxa efetiva equivalente à parcela prefixada dos juros incidentes no curso normal da operação;

X - no campo "CEP", informar o Código de Endereçamento Postal (CEP) da dependência de concessão da operação;

XI - no campo "localização", informar a unidade da federação da dependência de concessão da operação;

XII - nas operações de "vendedor" e nas operações que contem com intervenção de terceiros, informar a posição de cada tomador final, indicando a empresa interveniente/garantidora da operação no campo "prestador de garantia fidejussória";

XIII - nas operações de adiantamento sobre contratos de câmbio, não informar os celebrados entre instituições financeiras e, para os demais, informar os respectivos valores adicionados das rendas a receber;

XIV - relativamente às operações relevantes renegociadas, incluindo-se as recuperadas após terem sido baixadas como prejuízo, informar o código do contrato anterior à renegociação ou, quando se tratar de composição de dívidas, o código do contrato de maior valor; e

XV - nos dados do balanço, informar as posições individualizadas do cliente e consolidadas do grupo do cliente, disponíveis para os três últimos demonstrativos contábeis, identificando as empresas consideradas em cada balanço.

5. Para preenchimento do Documento 3020 - Dados Individualizados de Risco de Crédito, devem ser informados os seguintes dados relativos aos clientes titulares dessas operações:

I - no campo "início do relacionamento com o cliente", a data de abertura da conta-corrente ou outra data considerada relevante para avaliação do risco de crédito;

II - no campo "valor total dos títulos descontados", o valor nominal dos títulos apresentados para desconto pelo cedente com vencimento no mês anterior ao da data-base; e

III - no campo "valor dos títulos descontados e liquidados", o valor nominal dos títulos apresentados para desconto pelo cedente com vencimento no mês anterior ao da data-base e liquidados com até sete dias de atraso, desconsiderados os títulos baixados a pedido do cedente ou prorrogados para o mês da data-base ou posterior;

IV - no campo -porte do cliente-, a classificação atribuída, nos processos internos de avaliação de risco, aos clientes pessoa jurídica, segregando-as como micro, pequena, média ou grande.

6. Nas operações de cessão de crédito, de securitização e de

de crédito bancário, a instituição cedente, no caso de coobrigar-se ou reter risco sob qualquer outra forma, deve:

I - informar essas operações como se os respectivos créditos estivessem contabilizados em seu ativo, observado o campo "natureza da operação";

II - informar, adicionalmente, a coobrigação ou qualquer outra forma de retenção de risco, indicando nos campos:

a) "código do contrato", o contrato de cessão de crédito, de securitização ou de negociação de cédulas de crédito bancário ou certificados de cédula de crédito bancário;

b) "cliente" e "tipo de cliente", o cessionário;

c) "natureza da operação", os créditos próprios; e

d) "modalidade da operação", a modalidade "coobrigação";

III - considerar esses créditos na determinação do "valor total dos títulos descontados" e do "valor dos títulos descontados e liquidados", se for o caso.

7. No caso de cessão de crédito sem coobrigação que tenha como contraparte empresa ligada, direta ou indiretamente, conforme definição constante da Resolução 2.107, de 31 de agosto de 1994, não obrigada a prestar informações à Central de Risco de Crédito, a instituição cedente deve observar o disposto no item 6, incisos I e III.

8. A instituição financeira, na hipótese de adquirir créditos, cédulas de crédito bancário ou certificados de cédula de crédito bancário com coobrigação ou qualquer outra forma de retenção de risco por parte da cedente, deve informar apenas a posição desses contratos, indicando nos campos:

I - "código do contrato", o contrato de cessão de crédito, de securitização ou de negociação de cédulas de crédito bancário ou certificados de cédula de crédito bancário;

II - "cliente", o código identificador da instituição cedente;

III - "prestador de garantia fidejussória", a instituição cedente; e

IV - "natureza da operação", os créditos próprios.

9. Para o Documento 3030 - Dados Agregados de Risco de Crédito, devem ser informadas, a partir da data-base de maio de 2002, a quantidade de operações, a quantidade de clientes, a provisão constituída e a distribuição de vencimentos, agrupadas por:

I - tipo de cliente;

II - faixa de valor da operação;

III - tipo de controle;

IV - classificação de risco da operação;

V - natureza da operação;

VI - modalidade da operação;

VII - origem dos recursos;

VIII - localização;

IX - prazo em dobro para provisionamento;

X - vinculação à moeda estrangeira; e

XI - característica especial.

10. Para fins do disposto no item anterior, fica facultado o envio:

I - até a data-base de agosto de 2002, das seguintes informações:

a) vinculação à moeda estrangeira;

b) origem dos recursos;

c) localização; e

d) provisão constituída;

II - até a data-base de outubro de 2002, das informações

11. Para o Documento 3020 - Dados Individualizados de Risco de Crédito, deve ser informado, a partir da data-base de maio de 2002, relativamente às operações:

I - de valor contábil inferior a R\$5.000,00 (cinco mil Reais) dos clientes com responsabilidade total igual ou superior a R\$5.000,00 (cinco mil Reais) na data-base, consolidadas por cliente:

- a) a classificação de risco da operação;
- b) a modalidade da operação;
- c) a natureza da operação;
- d) a distribuição de vencimentos;
- e) a quantidade de operações;
- f) a variação cambial; e
- g) a característica especial; e

II - individualizadas de valor contábil igual ou superior a R\$5.000,00 (cinco mil Reais) na data-base:

- a) o código do contrato;
- b) a natureza da operação;
- c) a modalidade da operação;
- d) a origem dos recursos;
- e) a data de vencimento da operação;
- f) a classificação de risco da operação;
- g) a distribuição de vencimentos;
- h) a variação cambial;
- i) a característica especial;
- j) o CEP;
- k) a taxa referencial ou indexador;
- l) a taxa efetiva anual;
- m) a data de contratação da operação;
- n) a garantia não fidejussória, seguro e assemelhado;
- o) o prestador de garantia fidejussória; e
- p) o tipo de prestador de garantia fidejussória; e

III - individualizadas de valor contábil igual ou superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de Reais) na data-base, adicionalmente às informações referidas no inciso II:

- a) o valor da garantia não fidejussória, seguro e assemelhado;
- b) a data da última avaliação da garantia;
- c) a provisão constituída;
- d) a data da renegociação;
- e) o código do principal contrato renegociado ou recuperado do prejuízo; e
- f) a modalidade do principal contrato renegociado ou

Continua...

recuperado do prejuízo.

12. Para fins do disposto no item anterior, fica facultado o envio:

I - das seguintes informações até a data-base de agosto de 2002:

- a) variação cambial;
- b) detalhamento da modalidade da operação;
- c) taxa referencial ou indexador;
- d) CEP;
- e) taxa efetiva anual;
- f) data de contratação da operação;
- g) provisão constituída;
- h) origem dos recursos;

II - das seguintes informações até a data-base de outubro de 2002:

- a) característica especial;
- b) créditos baixados como prejuízo de forma individualizada por operação;

III - das seguintes informações para operações de valor contábil igual ou superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de Reais) até a data base de outubro de 2002:

- a) garantia não fidejussória, seguro e assemelhado;
- b) prestador de garantia fidejussória;
- c) tipo de prestador de garantia fidejussória;
- d) valor da garantia não fidejussória, seguro e assemelhado;
- e) data da última avaliação da garantia;
- f) data da renegociação;
- g) código do principal contrato renegociado ou recuperado do prejuízo; e
- h) modalidade do principal contrato renegociado ou recuperado do prejuízo;

IV - até a data-base de fevereiro de 2003, para as operações de valor contábil igual ou superior a R\$5.000,00 (cinco mil de Reais) e inferiores a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de Reais), das seguintes informações:

- a) garantia não fidejussória, seguro e assemelhado;
- b) prestador de garantia fidejussória; e
- c) tipo de prestador de garantia fidejussória.

13. Para o Documento 3020 - Dados Individualizados de Risco de Crédito, deve ser informado, a partir da data-base de maio de 2002, relativamente aos dados cadastrais:

I - referentes aos titulares das operações de que tratam os incisos I e II do item 12:

- a) a identificação do cliente;
- b) o tipo de cliente;
- c) o porte do cliente;
- d) a data de início do relacionamento com o cliente;
- e) o tipo de controle;
- f) o código do conglomerado econômico; e
- g) a autorização;

II - referentes aos titulares das operações de que trata o inciso III do item 12, adicionalmente às informações referidas no inciso I:

- a) a classificação de risco do cliente;
- b) o valor total dos títulos descontados; e
- c) o valor dos títulos descontados e liquidados.

14. Para fins do disposto no item anterior, fica facultado o envio:

I - até a data-base de agosto de 2002, das seguintes informações:

- a) código do conglomerado econômico; e
- b) classificação de risco do cliente;

II - até a data-base de outubro de 2002:

- a) porte do cliente;
- b) das demais informações referidas no inciso II do item

13;

c) autorização.

15. Para o Documento 3026 - Dados Individualizados Complementares de Risco de Crédito, deve ser informado:

I - o código do conglomerado econômico;

II - a identificação dos participantes do conglomerado econômico; e

III - o tipo de participante do conglomerado econômico.

16. Adicionalmente às informações referidas no item 15, serão exigidas, mediante solicitação desta Autarquia, as seguintes informações:

I - dados de balanço; e

II - classificação de risco atribuída por agência de classificação de risco, tipo de classificação e agência, caso a instituição utilize essas informações em seus processos de avaliação de risco.

17. No caso de ordem judicial, a exclusão ou alteração de informações deve ser cadastrada pela instituição financeira, em transação específica a ser disponibilizada, observando-se a data-base de referência, o período para cumprimento da ordem e a determinação judicial.

18. As informações amparadas pela ordem judicial, para as datas-base subsequentes à data-base de referência mencionada no item 17, devem continuar sendo enviadas sem modificações nos Documentos 3020 - Dados Individualizados de Risco de Crédito e 3030 - Dados Agregados de Risco de Crédito, enquanto seus valores estiverem contabilizados nas rubricas passíveis de envio à Central de Risco de Crédito, sendo que:

I - no caso de exclusão, o sistema automaticamente verificará o período de cumprimento da ordem; e

II - no caso de alteração, adicionalmente às informações individualizadas não modificadas presentes no Documento 3020, devem ser enviados o resultado da retificação determinada e as informações não amparadas pela ordem judicial.

19. Fica revogada a Carta-Circular 2.999, de 2 de abril de 2002.

Brasília, 26 de setembro de 2002.

Departamento de Supervisão Indireta Departamento de Normas do Sistema Financeiro

Vânio Cesar Pickler Aguiar
Chefe

Carlos Eduardo Sampaio Lofrano
Chefe

ANEXO 07
Circular 2.977 do Banco Central do Brasil - BACEN

Estabelece procedimentos para a remessa mensal de informacoes relativas a clientes, no ambito do sistema Central de Risco de Credito.

A Diretoria Colegiada do Banco Central do Brasil, em sessao realizada em 6 de abril de 2000, tendo em vista o disposto nas Resolucoes n.s 2.390, de 22 de maio de 1997, e 2.682, de 21 de dezembro de 1999,

D E C I D I U:

Art. 1. As instituicoes citadas no art. 1. da Resolucao n. 2.390, de 22 de maio de 1997, com vistas a execucao do disposto naquele normativo, devem relacionar os valores das operacoes de responsabilidade de seus clientes, pessoas fisicas e juridicas, cujo montante, na data-base, seja igual ou superior a R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) e os valores das operacoes de sua responsabilidade, ai incluidas as garantias de que sejam beneficiarios referidos clientes.

Paragrafo 1. Relativamente aos demais clientes cujo montante das respectivas operacoes, na data-base, seja inferior a R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), para os quais dispensa-se a identificacao, deve ser informado o valor global consolidado das operacoes, segregando-se as responsabilidades de pessoas fisicas e juridicas.

Paragrafo 2. As informacoes devem contemplar:

I - a identificacao do cliente;

II - o montante das dividas a vencer, vencidas e baixadas como prejuizo, de responsabilidade do cliente;

III - o valor das coobrigacoes assumidas e garantias prestadas ao cliente;

IV - o nivel de risco.

Paragrafo 3. O nivel de risco de que trata o inciso IV do paragrafo anterior deve corresponder a um dos niveis previstos no art. 1. da Resolucao n. 2.682, de 21 de dezembro de 1999, inclusive para as operacoes em que e dispensada a identificacao do cliente, respeitada a seguinte codificacao:

Codigo Descricao

1	operacoes classificadas como risco nivel AA
2	operacoes classificadas como risco nivel A
3	operacoes classificadas como risco nivel B
4	operacoes classificadas como risco nivel C
5	operacoes classificadas como risco nivel D
6	operacoes classificadas como risco nivel E
7	operacoes classificadas como risco nivel F
8	operacoes classificadas como risco nivel G
9	operacoes classificadas como risco nivel H e creditos baixados como prejuizo.

Paragrafo 4. Na hipotese de um mesmo cliente apresentar operacoes classificadas em niveis de risco diferentes, as informacoes de que trata o Paragrafo 2. deste artigo devem ser segregadas por nivel de risco.

Art. 2. A prestacao das informacoes de que trata o artigo anterior devera ser realizada de acordo com as instrucoes que serao conjuntamente divulgadas pelo Departamento de Normas do Sistema Financeiro (DENOR) e pelo Departamento de Fiscalizacao (DEFIS), observada a seguinte codificacao do Catalogo de Documentos - CADOC:

SEGMENTO	CODIGO CADOC
Agencias de Fomento ou de Desenvolvimento	05.1.3.003-0
Associacoes de Poupanca e Emprestimo	12.1.3.252-6
Bancos Comerciais	20.1.3.188-7
Bancos de Desenvolvimento	22.1.3.159-3
Bancos de Investimento	24.1.3.472-5
Bancos Multiplos	26.1.3.256-7
BNDES	28.0.3.065-0
Caixa Economica Federal	38.0.3.254-5
Companhias Hipotecarias	39.1.3.030-5
Sociedades de Arrendamento Mercantil	77.1.3.161-0
Sociedades de Credito, Financiamento e Investimento	
81.1.3.162-0	
Sociedades de Credito Imobiliario	83.1.3.251-7.

Art. 3. As informacoes de que trata esta Circular devem ser

subsequente a data-base a que se referirem, admitindo-se para as datas-base de 30 de abril e 31 de maio de 2000 a entrega ate 09 de junho e 10 de julho de 2000, respectivamente.

Art. 4. A instituicao deve informar ao Banco Central do Brasil/Departamento de Cadastro e Informacoes do Sistema Financeiro (DECAD) e manter permanentemente atualizados o nome, o Cadastro de Pessoa Fisica (CPF) e o telefone do diretor responsavel pela prestacao das informacoes.

Art. 5. A inobservancia do disposto nesta Circular sujeitara a instituicao infratora ao pagamento de multa, nos termos da Resolucao n. 2.194, de 31 de agosto de 1995.

Art. 6. Esta Circular entra em vigor na data de sua publicacao.

Art. 7. Ficam revogadas as Circulares n.s 2.768, de 16 de julho de 1997, e 2.938, de 14 de outubro de 1999.

Brasilia, 6 de abril de 2000

Sergio Darcy da Silva Alves
Diretor

Tereza Cristina Grossi Togni
Diretora

ANEXO 08
Circular 2.999 do Banco Central do Brasil - BACEN

Altera o valor minimo para identificacao de clientes no sistema Central de Risco de Credito.

A Diretoria Colegiada do Banco Central do Brasil, em sessao realizada em 23 de agosto de 2000, com base no disposto na Resolucao n. 2.724, de 31 de maio de 2000,

D E C I D I U:

Art. 1. Alterar para R\$ 5.000,00 (cinco mil) o valor constante do art. 1. da Circular n. 2.977, de 6 de abril de 2000, relativo as operacoes, de responsabilidade de clientes de bancos multiplos, bancos comerciais, Caixa Economica Federal, bancos de investimento, bancos de desenvolvimento, sociedades de credito imobiliario, sociedades de credito, financiamento e investimento, companhias hipotecarias, agencias de fomento e sociedades de arrondamento mercantil, que devem ser informadas para cumprimento do disposto na Resolucao n. 2.724, de 31 de maio de 2000.

Art. 2. Esta Circular entra em vigor na data de sua publicacao, produzindo efeitos a partir da data-base de janeiro de 2001.

Brasilia, 24 de agosto de 2000

Sergio Darcy da Silva Alves
Diretor

ANEXO 09
Circular 3.098 do Banco Central do Brasil - BACEN

Dispõe sobre a remessa adicional de informações no âmbito do sistema Central de Risco de Crédito.

A Diretoria Colegiada do Banco Central do Brasil, em sessão realizada em 20 de março de 2002, com base na Resolução 2.724, de 31 de maio de 2000, e na Resolução 2.798, de 30 de novembro de 2000, e tendo em vista o disposto nos arts. 2. da Resolução 2.686, de 26 de janeiro de 2000, e da Resolução 2.907, de 29 de novembro de 2001,

D E C I D I U:

Art. 1. Estabelecer que as instituições referidas no art. 2., parágrafo único, desta circular, a partir da data-base de maio de 2002, adicionalmente às informações prestadas em atendimento ao disposto na Circular 2.977, de 6 de abril de 2000, complementada pela Carta-Circular 2.909, de 26 de abril de 2000, devem relacionar informações acerca dos dados cadastrais e das operações de seus clientes, pessoas físicas ou jurídicas, de forma individualizada ou agregada, com a finalidade de compor o sistema Central de Risco de Crédito, de acordo com procedimentos a serem baixados em conjunto pelos Departamentos de Normas do Sistema Financeiro (Denor), de Informática (Deinf) e de Supervisão Indireta (Desin).

Parágrafo 1. O disposto neste artigo aplica-se também às instituições em regime especial.

Parágrafo 2. Para efeito do disposto neste artigo, devem ser prestadas informações relativamente a dados cadastrais de clientes, a operações ativas, a operações baixadas como prejuízo, a coobrigações e garantias prestadas, a créditos contratados a liberar e a repasses interfinanceiros:

I - para operações com clientes cuja responsabilidade total seja de valor igual ou superior a R\$5.000,00 (cinco mil Reais);

II - para operações relevantes, assim entendidas aquelas de valor igual ou superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de Reais);

III - para clientes pertencentes a conglomerados econômicos;

IV - agregadas, para todas as operações.

Art. 2. Para a prestação das informações de que trata o art. 1., Parágrafo 2., desta Circular devem ser utilizados os seguintes documentos:

I - 3020 - Dados Individualizados de Risco de Crédito - para as informações referidas nos incisos I e II;

II - 3026 - Dados Individualizados Complementares de Risco de Crédito - para as informações referidas no inciso III; e

III - 3030 - Dados Agregados de Risco de Crédito - para as informações referidas no inciso IV.

Parágrafo único. As instituições abaixo relacionadas devem adotar a seguinte codificação do Catálogo de Documentos - Cadoc:

Segmento	Cadoc 3020	Cadoc 3026	Cadoc 3030
agências de fomento	05.1.3.004-7	05.1.6.001-7	05.1.3.008-5
associações de poupança e empréstimo	12.1.3.003-0	12.1.6.001-7	12.1.3.002-3
bancos comerciais	20.1.3.002-2	20.1.6.001-6	20.1.3.003-9
bancos de desenvolvimento	22.1.3.001-3	22.1.6.001-4	22.1.3.002-0
bancos de investimento	24.1.3.001-1	24.1.6.001-2	24.1.3.002-8
bancos múltiplos	26.1.3.001-9	26.1.6.001-0	26.1.3.002-6
BNDES	28.0.3.001-4	28.0.6.001-5	28.0.3.002-1
Caixa Econômica Federal	38.0.3.001-1	38.0.6.001-2	38.0.3.002-8
companhias hipotecárias	39.1.3.002-0	39.1.6.001-4	39.1.3.003-7
cooperativas centrais de crédito	43.1.3.002-3	43.1.6.001-7	43.1.3.003-0
cooperativas de crédito	44.1.3.001-5	44.1.6.001-6	44.1.3.002-2
sociedades de arrendamento mercantil	77.1.3.001-3	77.1.6.001-4	77.1.3.002-0
sociedades de crédito, financiamento e investimento	81.1.3.001-6	81.1.6.001-7	81.1.3.002-3
sociedades de crédito imobiliário	83.1.3.001-4	83.1.6.001-5	83.1.3.002-1
sociedades de crédito ao microempreendedor	84.1.3.002-0	84.1.6.001-4	84.1.3.003-7

Art. 3. Devem ser remetidos ao Banco Central do Brasil:

respectiva data-base, os Documentos 3020 - Dados Individualizados de Risco de Crédito e 3030 - Dados Agregados de Risco de Crédito; e

II - semestralmente, até o dia 20 dos meses de abril e outubro de cada ano, tendo por referência as datas-base de dezembro e junho, respectivamente, o Documento 3026 - Dados Individualizados Complementares de Risco de Crédito.

Parágrafo 1. Quando as datas-limite referidas neste artigo coincidirem com dia não útil serão automaticamente postergadas para o dia útil imediatamente subsequente.

Parágrafo 2. Admite-se, para as datas-base de maio de 2002 a setembro de 2002, a remessa até o último dia útil do mês subsequente.

Art. 4. As instituições referidas no art. 2., parágrafo único, desta circular devem manter à disposição do Banco Central do Brasil demonstrativos da conciliação mensal dos dados constantes dos documentos contábeis e das informações remetidas à Central de Risco de Crédito pelo prazo de dois anos.

Art. 5. As cooperativas centrais de crédito, as cooperativas de crédito singulares e as sociedades de crédito ao microempreendedor devem prestar as informações de que trata esta circular a partir da data-base de janeiro de 2003.

Art. 6. Esta Circular entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 20 de março de 2002.

Sérgio Darcy da Silva Alves
Diretor

Tereza Cristina Grossi Togni
Diretora